



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTE, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

MAURÍCIO CONCEIÇÃO SILVA

**MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA RAIMUNDO DE OLIVEIRA (MAC): UMA
ANÁLISE REFERENTE À ACESSIBILIDADE**

Cachoeira-BA

2018

MAURÍCIO CONCEIÇÃO SILVA

**MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA RAIMUNDO DE OLIVEIRA (MAC): UMA
ANÁLISE REFERENTE À ACESSIBILIDADE**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Museologia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof. Ms. Viviane Santos

Cachoeira-BA

2018

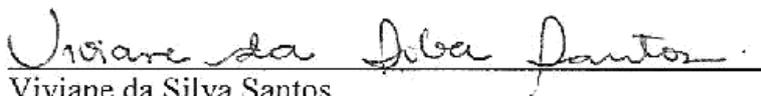
MAURÍCIO CONCEIÇÃO SILVA

MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA
RAIMUNDO DE OLIVEIRA (MAC):
UMA ANÁLISE REFERENTE À ACESSIBILIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Graduação em Museologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Aprovado em 6 de março de 2018.

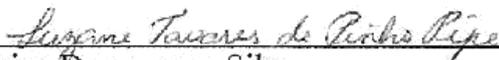
BANCA EXAMINADORA



Viviane da Silva Santos

Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade

Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



P/

Sabrina Damasceno Silva

Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – UFRJ

Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Felipe Gomes Ribeiro

Mestre em Cultura, Desenho e Interatividade pela Universidade Estadual de Feira de Santana

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que permitiu que tudo isso aconteça, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitário, mas em todos os momentos ele é o maior mestre que alguém pode ter. Agradeço também a UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), pela oportunidade de fazer o curso. Agradeço aos meus pais. Pelo amor, incentivo e apoio incondicional, a minha mãe Cleusa da Conceição Silva, mulher forte, guerreira e minha maior inspiração, que com todo seu amor e incentivo nas horas mais difíceis, de desânimo e cansaço conseguiu me animar e sempre acreditou em mim. Ao meu pai Jose Carlos Silva, que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu e que para mim foi muito importante. Não posso deixar de agradecer às minhas duas irmãs tão amadas, Daniela e Gal, que apesar de serem muito “chatas” são os amores de minha vida. Aos meus sobrinhos, uma que já conheço e amo tanto (Valentina), e o outro que ainda não conheço (Bernardo), mas já é o meu amor.

Agradeço muito aos meus amigos que fizeram dessa minha caminhada mais divertida, Dalila, que nas horas mais complicada de “fome” nós estávamos juntos, firmes e fortes, a Cintia que sempre foi a melhor cozinheira de feijão do mudo, minha mãe de Cachoeira Angélica, que sempre cuidou de mim como um filho de sangue, que quando que estava com saudades de “mainha” era com ela que eu me consolava, minhas companheiras de panela, Carol, Ingrid, Sheyla e minha caçula Aline, muito obrigado por tudo, pela atenção, pelo carinho, pelas palavras de apoio quando a saudade de casa batia. A minha amiga mais antiga e fiel, Stenia, que foi uma das pessoas que mais me apoiou e continua me apoiando, obrigado por acreditar em mim, obrigado pelas nossas longas conversas ao telefone. Merci, ao meu “carma”, Laura, a futura Museóloga/Dentista que eu amo, sempre topa todas as minhas loucuras, que sempre tem uma sorriso de bom dia mesmo que esse dia não esteja tão bom assim. Em especial tenho que agradecer ao meu cunhado, que para mim é bem mais que isso, é o irmão que eu nunca tive, gente!

Eu preciso agradecer muito esse cara, quando eu estava atrasado para resolver alguma coisa da universidade, ele sempre disponível, quando alguma coisa dava essa errado com o meu computador, ele era o meu salvador. David eu te amo meu

irmão. O que dizer de Sulamita e Edva, essa duas pessoas foram às mais especiais que eu tive o prazer de conhecer nos últimos tempos, que com tão pouco tempo de amizade já fazem parte de minha vida, e não consigo me ver sem elas. Luciano Jr que por um bom tempo fez parte de minha vida, que no início do processo de escrever esse trabalho eu agradeço a ele. Agradeço muito a minha orientado, diga-se de passagem a melhor orientadora, Viviane Santos, por acreditar no meu trabalho, e fazer com que ele vire uma realidade.

Uma pessoa que foi de suma importância para o surgimento desse trabalho, foi o professor Ricardo, que quando conversei sobre o que eu pensava em trabalhar na minha monografia, sempre me apoiou. Desde dicas de onde eu poderia encontrar as bibliografias que foram utilizadas na construção dessa monografia. Muito obrigado!

A todos que direta e indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigado!

SILVA, Mauricio Conceição. **Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira (MAC): Uma Análise Referente a Acessibilidade.** 2018 85 f. Monografia (Graduação em Museologia) - Centro de Artes, Humanidades e Letras. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira 2018

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso, com o título: Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira (MAC): Uma análise referente a acessibilidade, localizado na cidade de Feira de Santana, trata do assunto acessibilidade em museus e instituições culturais, fazendo uma análise sobre a instituição (MAC). Este trabalho faz uma análise do processo de acessibilidade com base nas leis e normativas vigentes que tangem o assunto em nosso país, tratando das dificuldades encontrada por pessoas com deficiência e com mobilidades reduzidas, mostrando formas que podem ser úteis para a instituição nos processos de inclusão de pessoas com deficiência, sejam essas deficiências quais forem. Além disso apresenta exemplos de espaços que conseguem trabalhar com inclusão.

Palavras-Chave: **Acessibilidade. Análise. Museus. Inclusão**

SILVA, Mauricio Conceição. **Museum of Contemporary Art Raimundo de Oliveira (MAC): An Analysis Concerning Accessibility.** 2018 85 pp. Monography (Graduation in Museology) - Centro de Artes, Humanidades e Letras. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira 2018.

ABSTRACT

The present work of course conclusion, with the title: Museum of Contemporary Art Raimundo de Oliveira (MAC): An analysis referring to accessibility, located in the city of Feira de Santana, addresses the subject accessibility in museums and cultural institutions, making an analysis about the institution (MAC). This paper analyzes the accessibility process based on the current laws and regulations that address the issue in our country, addressing the difficulties encountered by people with disabilities and with reduced mobility, showing ways that may be useful for the institution in the inclusion processes of people with disabilities, whatever these deficiencies may be. In addition it presents examples of spaces that can work with inclusion.

Key words: **Accessibility. Analyze. Museums. Inclusion**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Entrada do Museu do futebol	34
Figura 2- Imagem do jogador Ronaldinho Gaúcho em relevo	35
Figura 3- Maquete tátil para que as pessoas com deficiência visual possam ter uma noção de como é o espaço.	36
Figura 4- O Museu do Futebol com sinalização tátil.....	36
Figura 5- Vagas de estacionamento específicas para pessoas portadora de deficiência no Museu do Futebol.....	37
Figura 6- Visita de grupo de pessoas com deficiência com a utilização de recurso de apoio multissensorial.....	39
Figura 7- Visitante com deficiência visual utilizando o áudio guia na Galeria Tátil de esculturas Brasileiras.	40
Figura 8- Tela em Braille no memorial da inclusão.	42
Figura 9- Painel Movimento social composto por fotos, vídeos, textos e conteúdo audiodescritos qual falam sobre os avanços nas questões inclusivas	42
Figura 10- Ninfa Cunha coordenadora do Xisto Bahia	44
Figura 11- Museu Texeira Leal	45
Figura 12- Banheiro adaptado no museu Texeira Leal.....	46
Figura 13- Antiga sede administrativa da balança do campo do gado prédio de 1942	47
Figura 14- Ginásio de esporte onde antes funcionava a sede administrativa da balança do campo do gado.	48
Figura 15- MRA (Museu Regional de Arte), de Feira de Santa década de 60	49
Figura 16- MAC nos dias atuais	47

Figura 17- Planta baixa do MAC.....	52
Figura 18- Calçada com barreira de locomoção.....	53
Figura 19- Porta de acesso ao prédio	54
Figura 20- Piso tátil direcional	55
Figura 21- Piso tátil de alerta.....	55
Figura 22- Passeio de acesso ao museu	56
Figura 23- Piso encontrado no MAC	57
Figura 24- Degraus de acesso	58
Figura 25- Circulação interna apresentada pela norma ABNT NBR 9050 2004.....	59
Figura 26- Portas das salas de exposições.....	60
Figura 27- Portas internas norma ABNT NBR 9050/2004	61
Figura 28- Banheiro possibilitando área de transferência lateral ou diagonal	63
Figura 29- Pia com área de aproximação frontal para uma pessoa sentada	64
Figura 30- Portas dos banheiros com apresentação de degraus dimensões 17 cm a 20 cm	65
Figura 31- Bacias sanitárias sem barras de apoio.....	65
Figura 32- Parte interna dos banheiros que levam aos sanitários.....	66
Figura 33- Mictório encontrado no banheiro masculino	67
Figura 34- Pontos de iluminação do MAC.....	68
Figura 35- Pessoas de diferentes estaturas e o nível de iluminação em uma parede de exposição	69
Figura 36- Painel de informação e orientação na entrada de uma museu, tendo uma placa com textos em braile para pessoas com deficiência	70
Figura 37- Placa informativa em braile e com relevo.....	71
Figura 38- Sinalização de degraus	74
Figura 39- Parâmetros de rampas segundo a ABNT NBR 9050/2015	75

Figura 40- Símbolo internacional de acesso	76
Figura 41- Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva.....	76
Figura 42- Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual.....	77
Figura 43- Símbolos de sanitários acessíveis	77
Figura 44- Sinalização de portas e passagens- faixa de alcance acessível.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Medidas das portas e janelas do MAC, Feira de Santana-Bahia.	59
Tabela 2- Tabela que explica a acessibilidade no MAC.	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

APAC: Associação Pinacoteca Arte e Cultura.

CEPDH: Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos.

CDPD: Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos das Pessoas com deficiência.

CEPDH: Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos.

CIDID: Classificação Internacional de Deficiência e Desvantagens.

CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade.

COEDE: Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.

CORDE: Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

CUCA: Centro Universitário de Cultura e Arte.

FUNTITEC: Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Cultura Egberto Tavares Costa.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBRAM: Instituto Brasileiro de Museus.

ICOM: Conselho Internacional de Museus.

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional.

MAC: Museu de Arte Contemporânea.

MDPD: Movimento pelo Direito das Pessoas Deficientes.

MRA: Museu Regional de Arte.

OMS: Organização Mundial da Saúde.

ONG: Organização Não Governamental.

ONU: Organização das Nações Unidas.

PCD: Pessoas com Deficiências.

PNEM: Programa Nacional de Educação em Museus.

sepd/MJC: Secretaria Especial dos Direitos da Pessoas com Deficiência do Ministério da Justiça.

SUS: Sistema Único de Saúde.

Secom: Secretaria de Comunicação Social da Bahia.

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais.

UFRB: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

UNIFACS: Universidade Salvador.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ACESSIBILIDADE E SEUS CONCEITOS	17
1.1 Conceitos de deficiência e as leis Brasileiras	21
1.2 Legislação da área museológica para pessoas com deficiência	27
1.3 Política Nacional de Educação Museal	30
1.4 Experiências de acessibilidade em museus	33
2 MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA RAIMUNDO DE OLIVEIRA (MAC): CONTEXTO HISTÓRICO	47
2.1 As Principais barreiras da acessibilidade	50
2.2 O acesso ao prédio	53
2.3 A circulação na parte interna	57
2.4 A utilização dos banheiros	62
2.5 A iluminação	67
2.6 Sistemas de comunicação e sinalização	69
3 PROPOSIÇÕES DE MELHORIAS QUANTO A ACESSIBILIDADE NO MAC	73
3.1 As divergências que impossibilitam a acessibilidade de pessoas com deficiência no MAC e sugestões de meios para solucionar tais problemas	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

INTRODUÇÃO.

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência do Museu de Arte Contemporânea Raimundo de oliveira (MAC), localizado na cidade de Feira de Santana-BA. Criado em 1967, pelo empresário Assis Chateaubriand. O Museu Regional foi instalado onde funcionava a sede administrativa da balança da feira do gado- posterior Ginásio de Esporte, consciente da importância histórica do prédio, foi criado um projeto visando à preservação do espaço para a área da cultura. Desta forma, criou-se o Museu de Arte Contemporânea em 25 de julho de 1996 que através do projeto de Lei 147/97, passou a denominar-se Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira. (FUNTITEC Fundação municipal de tecnologia da informação, telecomunicação e cultura Egberto Tavares Costa).

No período que passei na instituição como estagiário de 2016/2017, pude perceber o número reduzido de PCD' s (Pessoas Com Deficiência), que visitavam o MAC (Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira), Essa curiosidade foi o primeiro passo para começar a pesquisa desse trabalho. Mesmo não tendo feito uma pesquisa de público, era notória a visitação irrisória no espaço por pessoas com deficiência.

O tema da acessibilidade em museus e ambientes culturais, vem sendo pesquisado na área acadêmica, dentre os mais significativos na construção deste trabalho podemos citar; Caderno Museológico volume 2, organizado por Regina Cohen, Cristiane Rose de Siqueira Duarte, e Alice de Barros Horizonte Brasileiro 2012, constitui uma destacada contribuição para a adaptação das práticas, dos museus e espaços culturais. Acessibilidade em Ambientes Culturais 2012, organizado por Eduardo Cardoso e Jeniffer Cure é um debate sobre o campo da cultura da acessibilidade, em museus, bibliotecas e espaços que abriguem coleções e patrimônio. E a atualização da ABNT NBR 9050/ 2015, Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos, que apresenta definições sobre acessibilidade e acessível.

As pessoas com deficiência passam por incansáveis dificuldades no seu convívio social, pois estes precisam lidar com os problemas de acesso as informações, justamente por terem a locomoção reduzida. Percebe-se, no entanto, que os governantes determinam leis de acessibilidade, mas o que falta de fato é a

aplicação dessas regras na prática, ou seja, existem as prescrições legais que determinam o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a quaisquer espaços, seja público ou privado, mas infelizmente, essa acessibilidade não é garantida em termos práticos. Para provar isso, basta analisar o nosso dia-dia, são inúmeros obstáculos que esses cidadãos deparam diariamente.

Nos últimos anos, sobretudo, a partir de 2012, alguns trabalhos foram feitos abordando o tema da acessibilidade. Um exemplo é a dissertação de Pós-graduação *Acessibilidade em Espaço Universitário: Barreiras Arquitetônicas e Ambientais no Campus da Universidade Estadual de Feira de Santana*, do departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), de Felipe Gomes Ribeiro, este trata da acessibilidade no ambiente universitário, para que ocorra a inclusão escolar, assim sendo a inclusão social. Temos ainda o trabalho de conclusão de curso *A acessibilidade nos Equipamentos Públicos Municipais: Uma Análise Técnica Sobre o Arquivo Público da Cidade de São Félix- BA*, de Cristiane da Silva Araújo. Ela faz uma abordagem do tema acessibilidade em equipamentos públicos culturais, tudo isso a partir da análise da reforma e adaptação no arquivo público Dr. Júlio Ramos de Almeida, na cidade de São Félix. *Acessibilidade nos Bens Culturais Imóveis: Estudo de Caso no Museu Casa Hansen* (2017), de Fernanda Azevedo da Conceição, usa o conceito de acessibilidade em museus e espaços culturais para fazer uma análise no espaço do Museu Casa Hansen.

Este trabalho é inédito, não foram encontrados relatos de outras pesquisas que façam a abordagem da acessibilidade do Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira (MAC).

O ponto principal desta pesquisa é analisar de forma crítica o MAC e a temática da acessibilidade, de modo que esse espaço contemple todo os visitantes efetivando, assim, a prática da inclusão social. Portanto o presente trabalho se justifica pelo interesse em aplicar questões relevantes sobre o tema nos espaços culturais, sobretudo no museus.

Esta monografia é dividida em três capítulos, o primeiro busca-se o entendimento dos diversos conceitos acerca da temática acessibilidade, o segundo capítulo tem como ponto principal apresentar e abordar a história de criação do objeto de estudo do presente trabalho, o MAC (Museu de Arte Contemporânea), em Feira de Santana/ BA. Aqui serão apresentadas informações consideráveis para

entender o contexto histórico do museu, tais como; data de criação do prédio; onde este está localizado; como o espaço era utilizado antes da instalação do MAC, dentre outras questões. Além disso, tomando o MAC como referências, faz-se uma análise referente aos possíveis problemas encontrados em um dos assuntos foco deste trabalho que é justamente a questão da acessibilidade. E por fim o terceiro que aborda proposições do que pode ser colocado em prática para sanar os problemas referentes a acessibilidade.

1- ACESSIBILIDADE E SEUS CONCEITOS.

O conceito de acessibilidade no Brasil vem sendo tratado por diversos setores e diversas esferas da sociedade; a Lei N° 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, apresenta em seu Artigo 1° que fica instituída a Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiências, destinada a assegurar e a promover, em consideração de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015). A Organização das Nações Unidas (2011), diz que acessibilidade é processo de conseguir a igualdade de oportunidade em todas as esferas da sociedade. Acessibilidade é para tratar dos assuntos das pessoas com deficiência, esse termo é bastante utilizado quando se trata dos transportes, serviços públicos e ambientes físicos pouco se fala da acessibilidade em espaços culturais.

Acessibilidade é a qualidade do que é acessível, ou seja, é aquilo que é atingível, que tem acesso fácil. (ABNT, 2004). Além disso esta é uma preocupação constante da área museológica nas últimas décadas e está diretamente ligada ao fornecimento de condições às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para a utilização com segurança e autonomia total ou assistida dos espaços culturais, públicos ou privados. (BRASIL, 2015).

Segundo a ABNT (2015), acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” Por isso que todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos que sejam projetados, construído, montado ou implantado devem atender o que diz nessa norma para serem considerados acessíveis.

A origem do termo acessibilidade para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência está no surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, no final da década de 40. Na década de 50, com a prática de reintegração de adultos reabilitados, ocorrido na própria família, no mercado de trabalho, e na comunidade em geral, profissionais de reabilitação constataram que essa prática era dificultada e até impedida pela existência de barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos, nos edifícios nas residências e nos meios de transportes coletivos. Surgiu assim a fase da integração que durou 40 anos até ser substituída gradativamente pela fase da inclusão. Na década de 60 algumas universidades americanas iniciaram as primeiras experiências de eliminação de barreiras arquitetônicas existentes em seus recintos, lugares externos, estacionamento, sala de aula, laboratório, e etc. (SASSAKY, Romeu, 2009).

O direito a acessibilidade vem promovendo através de órgãos públicos ou privados, diversas mudanças nas condições de acesso a esses espaços, com construção de rampas, com adaptação dos equipamentos, do mobiliário, do transporte coletivo e dos sistemas e meios de comunicação e informação, permitindo às pessoas com deficiência uma maior aproximação aos serviços prestados à coletividade. (BRASIL, 2004).

De acordo com Cambiachi e Carletto (2008), o ano de 1981 foi escolhido como o ano da pessoa com deficiência, depois desse que foi um marco para às pessoas com deficiência surgiram algumas diretrizes e normativas. Em 1985, foi criada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a primeira norma técnica a acessibilidade denominada hoje, depois de algumas revisões como: “*NBR-9050-Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos*”.

Foi a partir de 1990 que começou a ficar claro que acessibilidade deveria seguir os parâmetros do Desenho Universal, segundo o livro “*Acessibilidade a Museus Caderno Museológico*”, Volume 02, “*Desenho Universal*” significa a concepção de produtos usados, até onde for possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O desenho universal não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessário. (CAMBIAGHI, 2012, p. 82).

“E com avanço dos diálogos sobre inclusão e acessibilidade, podemos perceber que a questão da acessibilidade vai muito além das barreiras

arquitetônicas, pois existem barreiras de vários tipos como sociais, atitudinais”.¹ (FERRUR, 2012).

Maria Alice Ferrur (2012): barreiras atitudinais referem-se às atividades e comportamentos dos indivíduos, impedindo o acesso de outras pessoas a algum local, quer isso aconteça do modo intencional ou não. Além disso, classificam-se também como barreiras atitudinais, uso indevido de vagas reservadas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, obstruções do rebaixamento da guia, os diversos tipos de preconceito, desrespeito com idosos e vários outros exemplos.

Barreiras Sociais; relativa aos processos de inclusão/exclusão social de grupos ou categorias de pessoas, especialmente no que se refere às chamadas “minorias” como grupos étnicos, homossexuais, pessoas com deficiência.

Romeu Sassaki (2009), aponta o conceito de acessibilidade como sendo dividido em seis dimensões “arquitetônica, comunicacional, instrumental, programática, atitudinal, metodológica, pois este acredita que todas essas são importantes, se faltar uma, logo, compromete as outras”. Ainda determina que o conceito de acessibilidade deve ser incorporado aos conteúdos programáticos ou curriculares de todos os cursos formais ou não formais existentes no Brasil” acreditando que acessibilidade não se restringe apenas a espaços físicos, a dimensões arquitetônicas, pois existem barreiras de vários tipos, como apresentadas a seguir:

Atitudinal: sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminação em relação às pessoas em geral no campo do lazer, e da inclusão.

Comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal; face-a-face, línguas de sinais, linguagem corporal, escrita (jornal, revista, carta, livros, textos em braile, uso de computador portátil).

Instrumental: sem barreiras nos instrumentos; adequação nos aparelhos e ferramentas e equipamentos de lazer, de trabalho e de educação.

Programática: sem barreiras embutidas em leis, decretos, portarias, normas e regulamentos, políticas públicas.

Arquitetônica: sem barreiras ambientais de físicas; nos edifícios nas residências, nos espaços urbanos, nos meios de transportes individual ou coletivo.

¹ FONTE: Acessibilidade a Museus; Caderno Museológico Volume 2, Regina Cohen, Regiane Rose Siqueira Duarte e Alice de Barros Horizonte Brasileiro. Ano 2012.

Metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudos, trabalho; (treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos) de educação dos filhos.

Acessibilidade, estar sendo empregada para garantir que todas as pessoas possam ter acesso às diversas áreas. Áreas essas que podem ser, espaços urbanos, sistemas de informação, e mobiliário. Esperamos que com isso aconteça uma preparação para receber pessoas com necessidades especiais. De acordo com as Normas Técnicas Brasileira de Acessibilidade. (ABNT, 2015).

Para a ONU a definição de “acessibilidade é o processo de igualdade em todos as esferas da sociedade”.

Já acessível para ABNT (2015), são os espaços, as edificações, mobiliários, equipamentos urbanos ou elementos que possam ser alcançados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.

Segundo Françoise Choay (2005) “Acessibilidade é a possibilidade de acesso a um lugar. A acessibilidade (...) influencia fortemente sobre o nível dos valores essenciais/fundamentais (...) A formulação que mais satisfaz é aquela no qual podemos ponderar a acessibilidade por diferentes tipos de oportunidades emprego, locais de compras, locais de lazer e etc”.

De acordo Concordcet (2006), a consideração do termo “acessibilidade” não poderá ser ditado por meras razões da solidariedade, mas, sobretudo, por uma concepção de sociedade realmente onde todos deverão participar, com direitos de igualdade, e de acordo com as suas características próprias”.

A acessibilidade é uma forma de concepção de ambientes que considera o uso de todos os indivíduos independente de suas limitações físicas e sensoriais, desenvolvidas a partir dos conceitos de movimento de inclusão social. Os benefícios da acessibilidade possibilitam as melhorias da qualidade de vida da população com e sem deficiência, proporcionando liberdade de escolhas e aberturas de horizontes pessoais e profissionais. (SARRAF, Viviane Panelli 2012, p. 62).

Para garantir o acesso com qualidade ao interior das instituições é preciso que estes tenham o mínimo de acessibilidade. Segundo Silvana Serafino Cambiaghi, (2012), os projetos de acessibilidade em bens culturais imóveis devem resultar de uma abordagem global do mesmo, prevendo intervenções que garantam às pessoas portadoras de deficiência, ou com mobilidade reduzida, a possibilidade de acesso ao

interior do imóvel, sempre que possível e preferencialmente pela entrada principal, ou uma integrada à primeira; pelo menos uma rota acessível interligando todos os espaços e atividades abertas ao público; além de serviços e equipamentos como sanitários, telefones públicos e bebedouros acessíveis, vagas de estacionamento reservadas e lugares específicos em auditórios para pessoas portadoras de deficiência; tudo isso devidamente sinalizados com símbolo internacional de acesso, sinalização tátil e sonora.

O pensar acessível e a inclusão social estão vinculados ao senso comum como sendo exclusivamente aos aspectos referentes ao uso dos espaços físicos. Porém em uma acepção mais ampla a acessibilidade é a condição de possibilidade para a retirada dos entraves que possam representar as barreiras para a efetiva participação de pessoas em vários âmbito sociais. Portanto a acessibilidade é a condição fundamental e imprescindível a todos e qualquer processo de inclusão.

1.1- Conceitos de deficiências e as leis brasileiras

O conceito da pessoa com deficiência vem mudando como o passar tempo, começou ter maior relevância na década de 60, (Relatório Mundial Sobre a Deficiência 2011). Foi nesse período que começaram a se “estretar as relações entre as limitações que experimentam as pessoas com deficiência, a concepção e a estrutura do meio ambiente e a atitude da população em geral com relação à questão” (Manual de Legislação em Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde (Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência CORDE, 1996), esse conceito passou a ser aceito em todo mundo a partir da divulgação de um documento criado por especialista da Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Programa de Ação Mundial para Pessoa com Deficiência.

. A OMS (Organização Mundial da Saúde), (2011), ela cria uma classificação que define como sendo deficiência, toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica; a incapacidade como restrição ou falta devida a sua deficiência da capacidade de realizar uma atividade na forma ou medida que se considera normal para um ser humano; e as desvantagens como situação prejudicial para um determinado indivíduo em consequente de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de um papel que é normal em seu (em função de idade, sexo e fatores

sociais e culturais). Essa classificação foi elaborada em 1987. Classificação Internacional de Deficiência e Desvantagens (CIDID).

A ²Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), ela vai levar em consideração a importância da igualdade, nos aspectos ambientais, isso quer dizer sobre as barreiras enfrentadas pelas pessoas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. (OMS, 2011).

Tendo a CIF como base, o movimento de inclusão social desenvolve teorias e conceitos que acreditam em uma sociedade livre de barreiras físicas, sociais, e comunicativa para que a pessoa independente da sua condição física, sensorial, e intelectual possam viver plenamente em todos os ambientes, e ter oportunidades iguais aos demais indivíduos. (CIF- Classificação Internacional de Funcionalidade).

Muitas dúvidas surgem sobre quem é a pessoa com deficiência, Denise Martins Ferreira (2018), psicóloga formada pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), escreveu o artigo *Quem é essa pessoa com deficiência?* A rigor só apenas um laudo médico é que poderá dizer e provar sobre a existência de uma deficiência. Mas é importante sair do plano clínico, extrapolar o papel e pensar o porquê alguém pode ser considerado como pessoa com deficiência ou sem deficiência de fato. Na convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência, assim como reafirmado pelo Artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão da PcD (Pessoa com Deficiência). (BRASIL, 2015).

Considera-se pessoas com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interpretação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Destacando três elementos que definem o conceito legal de deficiência, o impedimento a longo prazo, barreiras para participação social, desigualdade de condição, conforme explicadas na sequência. (FERREIRA, 2018).

Impedimento a longo prazo; pode ser de ordem física, mental, intelectual, ou sensorial. Daqui decorrem várias espécies ou classificações de deficiência, como

²Disponível: <http://www.cifbrasil.com.br/>

a física, auditiva, visual, mental, intelectual, psicossocial, ou seja é uma característica que pode ser comum na deficiência física ou na deficiência mental por exemplo.

Barreiras para participação social; que na forma da lei, seriam qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo a fruição e o exercício da seus direitos, à acessibilidade, à liberdade de movimento, e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança.

A desigualdade de condição aqui a ideia fundamental é preservar o princípio constitucional da igualdade, em toda e qualquer forma de participação social. Se em virtude de algum impedimento, houver barreiras capazes de gerar alguma diferença na forma de participação na sociedade a desigualdade de condição estará presente e deverá ser combatida (FERREIRA, Denise Martins, 2018).

Ferreira (2018), na dúvida em ser ou não pessoa com deficiência é interessante que se faça essa leitura e tentando buscar os fatos para identificar esses elementos caracterizadores. A legislação de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, trabalha todos esses conceitos de forma clara e direta. Ser pessoa com deficiência não é privilégio, muito menos, e desprivilegio. Segundo a Legislação Brasileira, no Artigo 23, capítulo II, a constituição determina que seja “competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção das pessoas portadoras de deficiência”.

No conjunto dos princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), constantes na Lei orgânica do sistema destaca-se que “a preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integralidade física e moral” bem como aquilo que garantem a universalidade de acesso e a integralidade da assistência (art 7º incisos, I,II,III e IV).

As pessoas com deficiência tem o direito ao acesso a todos os bens, como: ao mercado de trabalho, a educação, a cultura, e ao lazer. (Secretaria da Pessoa Com Deficiência da Cidade de São Paulo).

Alguns estados possuem secretarias específicas para as pessoas com deficiência, essa ainda não é a realidade de todos os estados do Brasil. Uma referência é a do estado de São Paulo que visa empenhar-se na inclusão da pessoa

com deficiência no mercado de trabalho. Desta forma, eles trabalham para que todos tenham os mesmos direitos.

No estado da Bahia existe um Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (COEDE), esse conselho está dentro do Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos (CEPDH). Tal conselho foi criado em 07 de janeiro de 2011, foi instituído, no âmbito da então Secretaria da Junção, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), o CEPDH, através da Lei nº 12.054/2011, cujo seu intuito é de promover e defender os direitos fundamentais da pessoa humana, zelando pela aplicação das normas que asseguram e indicam ações para evitar lesões a esses direitos. (BRASIL, Decreto de Lei nº 12.054/2011).

Desde 1960 vêm se falando da necessidade da equiparação com as pessoas com deficiência, da relevância de ter uma cidade preparada para receber e acolher essas pessoas da melhor maneira, e dando a elas a possibilidade de se locomover sem grandes dificuldades, mas não é isso que encontramos na prática, pode ser notada que muito tempo depois que esse diálogo acontece, que as cidades vão se preocupar em criar secretarias, conselhos, para fazer com a vida de pessoas que foram sempre marginalizadas fosse um pouco menos dificultosa. Contudo, vale ressaltar que, normativas existem, diretrizes também, muitas coisas vêm caminhando só que em passos lentos.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), o Censo realizado no ano de 2010, mostrou que quase 25% da população brasileira vive com algum tipo de deficiência, são quase 45,6 milhões de pessoas portadora de deficiência. Esses números são do censo de 2010: a deficiência visual mostrada no Censo foi de 35,7 milhões de pessoas sendo quase 19 % da população com algum problema nos olhos; a deficiência motora apareceu com a segunda com 13,2 milhões da população brasileira diz ter algum grau de problema motor, isso equivale a 7%; a deficiência auditiva é de cerca de 9,7 milhões, os quais declaram ter deficiência auditiva. O Nordeste é a região do país com o maior percentual com pelo menos uma das deficiências investigada, esse percentual chega a marca de 26,6 %, já se passaram sete anos e certeza que esse número deve ter aumentado. Segundo informações do Ministério da Saúde em maio de 2016 foram confirmados 1.271 casos de microcefalia no Brasil, e outras alterações do sistema nervoso, sugestões de infecção congênitas, em todo o país.

No dia 21 de setembro é comemorado o dia de luta da pessoa com deficiência. Essa data foi instituída em 14 de julho de 2005, pela Lei N° 11, 133. Porém, ela começou a ser lembrada em 1982, por iniciativa de movimentos sociais. (BRASIL, 2005).

Tal data, 21 de setembro, foi escolhida porque é próxima ao início da primavera (23 de setembro), e coincide com o Dia da Árvore, datas que representam o renascer das plantas, que simbolizam o sentimento de renovação das reivindicações em prol da cidadania, inclusão e participação plena na sociedade. Foi Cândido Pinto de Melo, um ativista do movimento das pessoas com deficiência, que propôs, no início da década de 80, desta data, Cândido foi um dos fundadores do Movimento pelo Direito das Pessoas Deficientes (MDPD), organização de pessoas com deficiência que se reuniam mensalmente desde de 1979, e discutiam propostas, intervenções para a transformação da sociedade paternalista e assistencialista³.

Nas escolas, segundo dados do Ministério da Educação (MEC), acesso de pessoas com deficiência aumentou 381% entre 2003 e 2014. Nesse intervalo o número de matrícula PCDs (Pessoas com Deficiências) saltou de 145. 141 para 698, 798⁴. (MEC, 2014).

Segundo a secretaria Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Ministério da Justiça (sepd/MJC) Rosinha de Adefal “até 2008, era feita avaliação da deficiência só com o olhar médico, como o conceito de deficiência convenção, não é só a deficiência pura e simplesmente, mas o contexto em que ela vive vai fazê-las mais ou menos limitadas. (ADEFAL, Rosinha, 2016).

Na construção de uma sociedade igualitária que preza pela inclusão, temos que ter alguns cuidados com a forma de linguagem, pois é por meio dela que expressamos diretamente ou indiretamente o respeito ou a discriminação com as pessoas com deficiência. Tentando diminuir a forma errônea como falamos ou escrevemos sobre pessoas com deficiência. Romeu Sasaki (2009), apresenta expressões incorretas e praticadas em nosso dia a dia por jornais, revista, livros e muitos outros, e em seguida mostrando os termos corretos.

Aleijado; defeituoso; inválido; estes termos que eram utilizados com frequência até década de 80. A partir de 1981, por influência do Ano Internacional

³ Disponível: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/09/dia-nacional-de-luta-da-pessoa-com-deficiencia-chama-atencao-para-inclusao>

⁴ Disponível: <http://www.mec.gov.br/>

das Pessoas Deficientes, começa-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão “pessoa deficiente”. O acréscimo da palavra pessoa, passando o vocábulo deficiente para a função de adjetivo, foi uma grande novidade da época. No início houve reações de surpresa e espanto diante da palavra “pessoa”, os deficientes não são pessoas? Aos poucos, entra em uso a expressão pessoa “portadora de deficiência”, por volta da metade de 90, entre em uso a expressão pessoas com deficiência, que permanece até os dias de hoje. Apresenta-se na sequência a explicação dos termos utilizados para tratar as pessoas com deficiência até a década de 80:

Ceguinho; o diminutivo ceguinho denota que o cego não é tido com uma pessoa completa. A rigor diferencia-se entre deficiente visual parcial (baixa visão ou visão subnormal) e cegueira (quando a deficiência visual é total), termos corretos; cego, pessoa com deficiência visual, deficiente visual, pessoa cega.

Defeituoso; deficiente, aleijado, e inválido são palavras muito antigas e eram utilizadas com frequência até o final da década de 70. O termo deficiente, quando usado como substantivo (por exemplo: o deficiente físico), está caindo em desuso. Termo correto: pessoa com deficiência física.

Doente mental; (refere-se à pessoa com déficit intelectual), termos corretos; pessoa com deficiência mental, pessoa deficiente mental. O termo deficiente, quando usado como substantivo (por exemplo: deficiente físico, deficiente mental) tende a desaparecer, exceto em títulos de matérias jornalísticas.

Inválido; a palavra inválido significa sem valor. Assim eram consideradas as pessoas com deficiência desde da antiguidade até o final da segunda guerra mundial. Termo correto; pessoa com deficiência.

Mudinho; denota que o surdo não é tido como uma pessoa completa, Termos corretos; surdo; pessoa surda; deficiente auditivo, pessoa com deficiência auditiva⁵

Ainda segundo Sasaki (2009), devemos ter cautela com a forma que escrevemos ou falamos sobre pessoas com deficiência, uma vez que, pela fala podemos demonstrar o nosso preconceito.

⁵ SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540>.

Muitas pessoas com deficiência não têm o acesso igualitário à assistência médica, à educação, e às oportunidades de empregos, e não recebem os serviços adequados à sua deficiência. Apesar dos avanços das leis e na saúde, mesmo sendo um assunto significativo, pode-se encontrar pessoas com deficiência que não tenham seus direitos assegurados pelas leis. Sendo assim, o desencadeamento de problemáticas dando visibilidade a esta questão social, como este presente trabalho, são fundamentais para que os direitos das pessoas com deficiência sejam de fato efetivados por completos, e assim fortifica-se a prática da igualdade na sociedade.

1.2- Legislação da área museológica para pessoas com deficiências

Se acessibilidade como sabemos é garantida por lei, porque ainda encontramos tantos espaços culturais sem nenhum tipo de acessibilidade? Durante anos esse assunto vem sendo debatido, e se descobre que sim, acessibilidade é sim um setor importante para os museus, cinemas e teatros, porém sabemos que tudo que tange o campo da cultura, mesmo sendo um assunto tão importante quanto a acessibilidades, é sempre visto como não sendo prioridade.

O código de Ética do ICOM que foi aprovado por unanimidade pela 15ª Assembleia Geral do ICOM, realizado em Buenos Aires, Argentina, em 4 de novembro de 1986, modificado na 20ª Assembleia Geral em Barcelona, Espanha, em 6 de julho de 2001, sob o título Código de Ética do ICOM para Museus e revisto pela 21ª Assembleia Geral realizada em Seul Coreia do Sul, em 8 de outubro de 2004, aponta que. (ICOM, 2004).

Os museus são responsáveis pelo patrimônio natural e cultural de tutela e todos os responsáveis pela orientação estratégicas e a supervisão dos museus tem como primeira obrigação proteger e promover este patrimônio, assim como promover os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para este fim. (Código de Ética do ICOM para museus).

A ONU em 1948 promulga Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz que toda pessoa tem o direito de participar da vida cultural da comunidade, por isso, também possui o direito de fruir as artes (Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Segundo a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e descrita por Flavia Boni Licht (2012), aprovada por unanimidade pela ONU em 2007,

ratificada pelo nosso congresso em 2009, lista que os princípios gerais válidos dentre os quais destaca-se: respeito pela dignidade, autonomia, e independência das pessoas, à não discriminação, e a igualdade de oportunidades, o direito a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e o respeito pela diferença.

O decreto de Lei 5.296 que estabelece as normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade mediante a superação de barreiras e de obstáculos. (Brasil, 2004)⁶.

A cultura tem como princípio possibilitar tanto o reconhecimento da identidade de um povo ou nação como também possibilita o reconhecimento de sua diferença, de quem somos frente à diversidade do outro. Este ponto não pode atualmente entendido senão como território da diversidade (TOJAL, 2007, p.79).

Por isso cabe às políticas públicas o reconhecimento da multiplicidade cultural, oferecendo condições e infraestruturas para atender toda, a cadeia da produção, circulação, liberação e difusão e o consumo dos bens culturais. Assim como encaramos que as políticas públicas criadas para a educação e saúde sejam feitas com qualidade, o mesmo esperamos que sejam feitas com as políticas ligadas ao campo cultural. (A lei Federal 10.098 regulamentada em 2004 que estabelece normas gerais e critérios para à promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência).

A inclusão social, não pode ficar retida as questões de ampliação da frequência de diferentes tipos de públicos, tarefa que conduz a formulação de estratégias que vão requerer, entre outras a eliminação de barreiras para o seu acesso, como as barreiras físicas, sensoriais, financeiras, de atitudinal e intelectual, bem como a importante tarefa de criar, preferencialmente por meio de parcerias o envolvimento desses públicos com essas instituições. (FURRER, Maria Alice, 2012).

O Artigo 3º descreve como deveriam ser os museus portugueses “Museu é uma instituição de caráter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, adotado de uma estrutura organizacional que lhe permite: facultar o acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura a promoção da

⁶ FONTE: Decreto de lei nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as leis 10.048 de novembro de 200, que estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade para pessoas deficientes.

pessoa e o desenvolvimento da sociedade”. Essa é uma descrição do que são os Museus Portugueses. (Brasil, 2004).

O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), (2003), libera a sua primeira normativa de 25 de novembro de 2003, quando estabelece as diretrizes, critérios e recomendações para a promoção das devidas condições de acessibilidade aos bens culturais imóveis especificados nessa Normativa, a fim de equiparar as oportunidades de fruição destes bens pelo conjunto da sociedade em especial pelas pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Tendo como referência básica a LF 10.098/2000 da ABNT e esta instituição normativa, as soluções adotadas para a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade aos bens culturais imóveis compatibiliza-se com a sua preservação e, em cada caso específico, assegurar condições de acesso, de trânsito, de orientação e de comunicação, facilitando a utilização desses bens e a compreensão de seus acervos. (IPHAN, 2003).

O processo de acessibilidade no Brasil, ele começa uma pouco tardiamente em relação a outros países. Por isso que é possível encontrar ainda nos dias hoje espaços sem nenhum tipo de acessibilidade, fazendo com que as pessoas que tenham algum tipo de deficiência fique fora desses espaços.

O acesso universal é considerado como um fator primordial na acessibilidade das pessoas com deficiência às ambiências dos museus, segundo o Artigo 35. (Brasil, 2009)⁷.

Em julho de 2010 em Brasília, aconteceu o IV Fórum Nacional de Museus idealizado pelo IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), um dos principais objetivos desse encontro foi a criação de um Plano Nacional Setorial de Museus. Nesse encontro foram estabelecidas algumas diretrizes nacionais no que diz respeito a cultura, cidade e cidadania, incluindo uma política de Acessibilidade Universal para museus e centros culturais, que foi aceita por unanimidade pelo plenário. A garantia do acesso a pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e em situação de vulnerabilidade social, por meios de adequação de seus espaços e entornos os princípios do desenho universal, bem como a elaboração de estratégias comunicacionais que favorecem a compreensão dos discursos expositivos, contidas

⁷ Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm.

na diretriz, essas que foram uma conquista que significaram um grande avanço, que foi encabeçado pelo IBRAM.

Nossa sociedade costuma fazer uma divisão estrutural entre o que é “normal” e “anormal”, entre “iguais” e “diferentes”. Mas afinal qual a regra que coloca de um lado coisas e pessoas “normais” e de outro tudo o que foge dessa regra ou diverge das expectativas estabelecidas? (COHEN, DUARTE e BRASILEIRO; 2012, p.24).

A questão da acessibilidade em museus, espaços culturais, vai muito além da retirada de barreiras arquitetônicas, e a facilitação de locomoção nesses espaços, é também indispensável criar condições para que ocorra a compreensão dos objetos que ali estão expostos, fazendo com que esses espaços sejam mais favoráveis e acessíveis.

O campo da acessibilidade na área museológica vem passando por transformações significativas, que com isso acaba auxiliando a vida das pessoas com deficiência no momento em que essas pessoas vão ao espaços culturais, fazendo-o com que as mesma possam usufruir desses espaços com maior segurança e autonomia. Muita coisa melhorou, mas ainda existe um longo caminho a percorrer para que aconteça uma inclusão social completa.

1.3- Política Nacional de Educação Museal.

O Plano Nacional de Educação Museal (2017), é voltado para às ações educativas em museus, trazendo diretrizes acerca das questões como as intuições museais e os educadores podem trabalhar juntos, em um trabalho sempre pautado na interdisciplinaridade, com a fiscalização de sua implementação feita pelo IBRAM. O objetivo é fazer um link com alguns setores do campo museológico, esse plano faz um paralelo com várias questões relevantes, como a interação dos projetos criados pelos museus para à sociedade, e a da garantia de inclusão de todas as pessoas nos espaços museais.

Em 30 de novembro de 2017 foi oficializada pelo IBRAM a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), política voltada ao setor de museus brasileiros, pela portaria N° 442, de 30 de novembro de 2017. Destinado ao campo museal brasileiro como um todo, o texto legal estabelece um conjunto de diretrizes que tem como objetivo de nortear a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, fortalecer a dimensão educativa em todos os setores do

museu e subsidiar a atuação dos educadores. Além disso, define também o compromisso do IBRAM para a sua implementação. Sua construção, iniciou-se no 5º Fórum Nacional de Museus- Petrópolis/2012, conclui-se com o documento final aprovado no 7º Fórum Nacional de Museus- Porto Alegre/2017. Segundo Renata Bittencourt (2017), diretora de processos museais responsável pelo (PNEM) “O documento traz diretrizes para o campo museal gerados a partir de uma multiplicidades de vozes. Profissionais de museus diferentes perfis contribuíram para o desenho destes parâmetros, que acreditamos, tem grande potencial para impulsionar a área museológica”.

O PNEM, é um resultado histórico de amadurecimento do trabalho educativo dos museus brasileiro e não é coincidência que seja lançado quando se comemora 90 anos de criação do primeiro setor educativo em museus do Brasil, no Museu Nacional (Rio de Janeiro/RJ).

Tal medida determinou princípios a serem efetivados, conforme apresentados a seguir: estabelecer a educação museal como função dos museus reconhecida nas leis e explicitado nos documentos norteadores, juntamente com a preservação, comunicação e pesquisa. A educação museal compreende um processo de múltiplas dimensões de ordens teóricas, práticas e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade. Garantir que cada instituição possua setor de educação museal composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, prevendo dotação orçamentária e participação nas esferas decisórias do museu.

Cada museu deverá construir e atualizar sistematicamente o programa educativo e cultural entendido como uma política educacional em consonância ao plano museológico, levando em consideração as características institucionais e dos seus diferentes públicos, explicitando os conceitos e referências teóricas e metodológicas que embasam o desenvolvimento das ações educativas. Ainda deve assegurar, a partir do conceito de patrimônio integral, que os museus sejam espaços de educação, de promoção da cidadania e colaborem para o desenvolvimento regional e local e de forma integrada com seus diversos setores.

Diretrizes. Eixo I- Gestão; incentivar a construção do programa educativo e cultural, entendido como uma política educacional, definido a partir da missão do museu, pelo setor da educação do museu e a sociedade. Promover o

desenvolvimento do programa educativo e cultural do plano museológico e estabelecer entre suas atribuições: missão; referências teóricas e conceituais; diagnósticos de sua competência; descrição dos projetos e plano de trabalho; registro, sistematização e avaliação permanente de suas atividades e forma continuada dos profissionais.

Incentivar maneiras de financiamento fomento e apoio a programas, projetos e ações educativas museais complementando sua dotação orçamentária. Incorporar a contribuição dos setores de educação museal como parte integrante dos programas e na constituição da memória do museu por meio do registro e divulgação de suas ações.

Eixo II- Profissionais, formação e pesquisa promover o profissional de educação museal incentivando o investimento na formação específica e continuada de profissionais que atuam no campo. Além de reconhecer entre as atribuições do educador museal: a atuação na elaboração participativa da programa educativo cultural; a realização; de pesquisas e diagnósticos de sua competência; ampliação do programa, projetos e ações educativas; a realização de registros, da sistematização e da avaliação dos mesmos e promover a formação integral dos indivíduos. Valorizar a troca de experiência por meio de parcerias nacionais e internacionais para realização de estágios profissionais em educação museal. Promover, em colaboração com outros setores dos museus, diagnósticos, estudos de público e avaliação, visando à verificação do cumprimento de sua função social e educacional.

Eixo III- Museus e sociedade; estimular a colaboração entre órgãos públicos e privados de educação promovendo a difusão da educação museal, em consonância com a política nacional de educação museal, visando à formação integral. Incentivar e apoiar a criação e o fortalecimento de redes de profissionais da educação museal, visando à articulação, ao crescimento e à difusão da profissão e do campo da educação museal. Promover a acessibilidade plena ao museu, incentivando a formação inicial continuada dos educadores museais para o desenvolvimento de programas, projetos e ações educativas acessíveis. Estimular, proteger e apoiar a sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural nos programas e projetos, ações educativas, respeitando as características, as necessidades e os interesses das populações locais, garantindo a preservação da diversidade e do patrimônio cultural e natural, a difusão da memória sociocultural e o

fortalecimento da economia solidária. Promover programas, projetos e ações educativas em colaboração com as comunidades, visando à sustentabilidade e incentivando a reflexão e a construção coletivo do pensamento crítico. Estimular e ampliar a troca de experiências entre museus e sociedade incentivando o uso de novas tecnologias, novas mídias e da cultura digital. (IBRAM, Plano Nacional de Educação Museal).

Um questionamento para ser feito, assim como diversos planos, projetos, são criados para o campo cultural, e não são postos em práticas, será que esse plano não pode ser mais um desses? Na teoria pode ser que assim seja, mas e na vida real, os museus vão conseguir colocar em prática todas essas diretrizes? É uma questão para se pensar. Pela realidade apresentada pelas intuições culturais brasileira pode ser complicado ter que unir essas duas realidades, a que é exigida pelo IBRAM, e a realidade apresentada por esses espaços.

1.4- Experiências de acessibilidades em museus.

Encontram-se no Brasil exemplos de intuições que conseguem fazer um trabalho de inclusão, trazendo para dentro de seus espaços pessoas que muitas vezes não tinham a possibilidade de estar naqueles locais, como às pessoas com deficiência, os idosos, e aquelas que vivem com algum tipo de vulnerabilidade social.

No ano de 1992, com a então declaração de Caracas proveniente de um evento regional do ICOM (Conselho Internacional de Museus) da América Latina, a comunicação é considerada um elemento para o desenvolvimento de estratégias de acessibilidade para os diferentes públicos dos museus e espaços culturais e para a mudança do discurso vertical da museologia tradicional para um discurso horizontal e participativo que possibilita de fato, considerar a pessoa como centro de atuação desses espaços. (SARRAF, 2013, p 45,46).

Tantos os museus quanto os espaços culturais devem estar sempre integrados com todos os desafios sociais da democratização da cultura e também da inclusão social, essas pessoas que até pouco tempo eram tidas como públicos especiais, passam a ser foco da atenção e das ações que possam garantir o seu convívio em ambientes culturais.

Em meados do século XX e início do século XXI, começam acontecer pelos espaços culturais a criação de projetos e programas que viabilizam à inclusão social de pessoas com deficiências, com base nos movimentos que estavam

acontecendo fora do nosso país de inclusão social. (COHEN, BRASILEIRO e DUARTE, 2012).

Esses movimentos internacionais eram encabeçados, por diversas pessoas, e cada uma dessas tinham algum tipo de deficiência: (física, sensorial, cognitiva, auditiva, e entre tantas outras).

Nessa pesquisa podemos perceber que o Brasil mesmo tendo avançado muito nas questões da acessibilidade, ainda é preciso rever algumas práticas cometidas de maneiras errôneas.

Porque muitos espaços ainda não estão preparados para acolher as pessoas com deficiência, mas encontram-se instituições museais que seguem as normas vigentes acerca da acessibilidade. Um exemplo é o museu do futebol.

O Museu do Futebol (figura 1), tem uma área de 6.900 m² na entrada principal de um dos mais antigos estádios brasileiros e estádio Municipal Machado de Carvalho- o Pacaembu, o museu do futebol foi inaugurado em 29 de setembro de 2008 e é um dos museus mais visitado do país. (Museu do Futebol; Catálogo do Programa de acessibilidade, 2013).

Figura 1- Entrada do Museu do futebol que se localizo na cidade de são Paulo, esse museu está bem no centro da cidade, praça Charles Miler, s/n. Estádio Paulo Machado de Carvalho- Pacaembu.



Fonte: Catálogo do Programa de acessibilidade do Museu do Futebol.

A exposição principal, distribuída em 15 salas temáticas, mostra de forma lúdica e intensiva, como o futebol chegou ao Brasil e se tornou parte da nossa cultura e de nossa história. O atendimento ao visitante é prioridade nas ações educativas do Museu, que também concebe e desenvolve exposições temporárias e itinerante, além da diversificada programação cultural.

O Museu é totalmente acessível ao público de pessoas com deficiência e estrangeiras, dispondo de recurso variados, tanto de acessibilidade física (escadas rolantes, elevadores, piso podotátil, cadeira de rodas) quanto a acessibilidade comunicacional. (Áudio guias em inglês, espanhol e para deficientes visuais, maquetes táteis, materiais sensoriais etc). (Museu do Futebol; Catálogo do Programa de acessibilidade, 2013).

Figura 2- Imagem do jogador Ronaldinho Gaúcho em relevo.



Fonte: Site Turismo acessível no Brasil.

Textos, figuras e pinturas em relevo (figura 2), são dirigidos às pessoas com baixa visão, por pessoas que se tornaram deficientes visuais recentemente ou que ainda estão sendo alfabetizadas em Braille. As Características das figuras em

relevo são: contornos fortes bem definidos, simplicidade nas formas e poucos detalhes figura fechada, completa com continuidade estabilidade da forma simetria.

Esse espaço foi criado com a intenção de ser um local onde todos os tipos de pessoas possam ir e se sentir aceitos, sem nenhum tipo de dificuldade, tais ações só foram possíveis através das normativas e leis existentes em nossa legislação. (Museu do futebol; Catálogo do Programa de acessibilidade, 2013).

Figura 3- Maquete tátil para as pessoas com deficiência visual possam ter uma noção de como é o espaço.



Fonte: Catálogo de acessibilidade do museu do futebol.

Mapas táteis e maquetes (figura 3) servem não apenas para dar uma noção do espaço, mas também é uma forma de orientação das pessoas com deficiência visual se locomover dentro dos espaços, os mapas táteis e as maquetes devem sempre se encontrarem próximos aos acessos. (Museu do futebol; Catálogo do Programa de acessibilidade, 2013).

Figura 4 O Museu do Futebol com sinalização tátil.



Fonte: Thais Frota (<https://thaisfrota.wordpress.com>).

Segundo a Norma ABNT NBR 9050 (2004), a sinalização tátil (figura 4) é realizada por meio de caracteres em relevo, Braille ou figuras em relevo. As informações essenciais aos espaços nas edificações urbanas devem ser sinalizadas de forma visual, tátil e sonora.

Figura 5- Vagas de estacionamento específicas para pessoas portadora de deficiência no Museu do Futebol



Fonte: Thais Frota (<https://thaisfrota.wordpress.com>).

Apesar de ser necessário que muita coisa aconteça no âmbito da acessibilidade em instituições culturais brasileira, hoje podemos encontrar alguns bons exemplos de espaços que conseguem incluir as pessoas com deficiência. Um exemplo é a pinacoteca de São Paulo, que consegue trazer para seu espaço pessoas que antes não tinham a oportunidade de estarem nesses ali. Milene Chiovatto e Gabriela Aidar (2014): aponta a Pinacoteca, que está localizada no Parque da Luz, um parque público no chamado centro antigo da cidade da São Paulo, uma área com boa infraestrutura de serviços e equipamentos públicos e privados e com importantes áreas comerciais. O museu faz parte de um polo cultural local que compreende cinco museus e uma sala de concertos. É o mais antigo museu de arte do estado de São Paulo, fundado em 1905. É uma instituição pública, pertencente ao Governo do Estado de São Paulo, de gestão privada, por meio de contratos de gestão com a APAC - Associação Pinacoteca Arte e Cultura, uma organização social de cultura.

Atualmente possui cerca de 9.000 Programas Educativos Inclusivos desenvolvidos ao longo dos últimos dez anos pelo Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca. Tais programas estruturam-se a partir das demandas e lógicas de seus públicos alvo, caracterizados por grupos de chamados “não públicos” de museus, compostos por pessoas que não são frequentadores habituais de instituições oficiais de cultura, tais como museus, centros culturais etc. Atualmente participam desses programas grupos em situação de vulnerabilidade social majoritariamente por questões socioeconômicas, grupos de pessoas com deficiências e transtornos mentais, grupos de idosos e também funcionários da própria Pinacoteca, em particular ligados às funções de recepção de visitantes, manutenção e equipes de segurança e limpeza. Cada um dos quatro programas que compõem os chamados Programas Educativos Inclusivos desenvolve uma série de ações e projetos elaborados e constantemente avaliados a partir das necessidades apresentadas pelos grupos participantes. Neste ponto, nos valem das ideias de diversos teóricos da educação que apontaram a importância de se trabalhar com o conhecimento prévio dos educandos para a realização de ações educativas efetivas. (CHIOVATTO, ADIAR, 2014).

Entre eles, destaca-se o educador Paulo Freire (2005), que apontou para a necessidade de se trabalhar com temas significativos da experiência cotidiana dos educandos, ao que chamou de “temas geradores”, conforme afirma: “Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política”. O Programa Educativo para Públicos Especiais tem por objetivo garantir a

fruição da arte para pessoas com deficiências sensoriais, físicas e intelectuais por meio da acessibilidade física e sensorial aos espaços expositivos e obras do acervo da Pinacoteca. Isso se dá por meio da realização de atendimentos a grupos de pessoas. Com e sem deficiências, e da formação de profissionais das áreas de artes, saúde, museus e educação para ações inclusivas em suas organizações de origem.

Em algumas ações desenvolvidas pelo Programa, destacam-se visitas educativas com a utilização de recursos de apoio multissensoriais, a fim de ampliar o contato com a arte por meio de outros sentidos além da visão; atendimentos especializados por educadora surda em Libras (Língua Brasileira dos Sinais) para o público surdo; publicações em dupla leitura (tinta com letras ampliadas e Braille), acompanhadas de áudio; além de ações que visam favorecer a visita autônoma de públicos com deficiência sensorial ao acervo da Pinacoteca, como o vide guia, disponibilizado para o público surdo em visita à exposição do acervo, e a Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras, concebida para a autonomia de pessoas com deficiência visual, mediada pela utilização de Audi guia.(CHIOVATTO, ADIAR, 2014).

O Programa de Inclusão Sociocultural teve início em 2002, a partir da percepção da descontinuidade entre o que acontecia dentro e fora da Pinacoteca. Nesse ano foi realizada uma pesquisa de perfil de público espontâneo cujos resultados comprovaram uma situação que podia ser percebida no convívio diário com o museu e seus visitantes: estes possuem um perfil bastante específico e privilegiado, com altíssima escolaridade e renda familiar entre média e alta, além de não serem moradores do entorno ou mesmo de regiões próximas ao museu, distinguindo-se, assim, do público que frequenta seus arredores.

Na sequência serão apresentadas fotos de algumas ações praticadas pela Pinacoteca, com pessoas com deficiências (figura 6), utilização de recurso multissensoriais para deficientes visuais, (figura 7), na utilização de áudio guia na Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras.

Figura 6- Visita de grupo de pessoas com deficiência com a utilização de recurso de apoio multissensorial.



Fonte: (CHIOVATTO, ADIAR, 2014).

Figura 7- Visitante com deficiência visual utilizando o áudio guia na Galeria Tátil de esculturas Brasileiras.



Fonte: (CHIOVATTO, ADIAR, 2014).

O memorial da inclusão (2009), traz para toda a sociedade questões importantes sobre os direitos das pessoas com deficiência dentro de uma sociedade, fazendo um trabalho de conscientização não só para as pessoas com deficiência, mas para o público geral. Órgão da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, inaugurado em 03 de setembro de 2009, cumpre o papel de efetivação dos campos funcionais, nos incisos VIII e X do Decreto nº 52,841 que criou a secretaria, o decreto estabelece no artigo terceiro os seus campos funcionais dos estudos dentre os quais:

Promoção da realização dos estudos, debates e pesquisas sobre a vida e a realidade da pessoa com deficiência e seus familiares” (inciso VIII), e a “conscientização dos diversos setores da sociedade sobre problemas, necessidade, potencialidade e direitos das pessoas com deficiência. (BRASIL, Decreto de Lei n. 52,841).

Ressalta ainda a importância de trazer questões relativas à deficiência ao centro das preocupações da sociedade como parte integrante das estratégias relevantes de desenvolvimento sustentável”, ele tem como objetivo registrar e tornar pública a história do movimento das pessoas com deficiência no contexto maior dos Direitos Humanos e desse modo, oferecer a perspectiva histórica necessária para que as próximas gerações de pessoas com ou sem deficiência estejam mais bem equipadas para superar o preconceito e perseverar na construção de uma sociedade inclusiva para todos. (Memorial da inclusão, 2009).

A partir do embasamento da história, da antropologia, da sociologia e da museologia, o memorial está focado em desenvolver estudos e pesquisas. O tema do memorial se pauta na questão da deficiência e da inclusão das pessoas com deficiência através dos registros da memória e da história do movimento desse segmento que desde meados dos anos 70/80, tem lutado como finalidade de conquistar direitos e construir uma sociedade.

Além desses elementos anteriormente apresentados, a instituição supracitada, está cada vez mais democrática e aberta à diversidade, pois busca dialogar com os diferentes perfis de público de modo a contribuir para a conscientização e a valorização do protagonismo da pessoa com deficiência e o respeito dos seus direitos. São desenvolvidas atividades que tenham como base a sensibilização sobre a importância dos Direitos Humanos, da inclusão da acessibilidade e do reconhecimento a diversidade humana. Realizando estudos e

pesquisas sobre o universo da deficiência com a intenção de estimular abordagens que tenham como respaldo o campo das humanidades em geral, bem com a articulação deste com outros campos do saber, com a militância, poderes públicos e a sociedade de forma geral, o memorial sempre organiza eventos, mesas redondas e simpósios sempre com parcerias com outros órgãos como universidades e demais setores dos poderes públicos. Além desses eventos, que são abertos ao público em geral, o memorial conta com noutros projetos no eixo “estudos e pesquisas”, como o projeto “Memória e o Acervo Físico do Movimento Social das Pessoas com Deficiência”.

O projeto memórias consiste em um acervo de depoimentos de militantes do movimento social desde os primeiros até a geração mais recentes por meio da metodologia da história ora. Até o momento já foram contabilizadas 72 entrevistas, totalizando 400 horas de gravação. Esse material, numa versão editada, estar sendo disponibilizada aos poucos para consulta do público. (INCLUSÃO, Memorial, 2009).

A seguir apresenta-se imagens do Memorial da Inclusão, a (figura 8) uma tela em braile para que a pessoa com deficiência visual ou cega possa ter acesso e conhecer o acervo da intuição. A (figura 9), encontra-se um painel composto por fotos, e informações acerca da pessoa com deficiência e sobre a questão da inclusão social.

Figura 8- Tela em Braile no memorial da inclusão.



Fonte (Memorial da inclusão).

Figura 9- Painel Movimento social composto por fotos, vídeos, textos e conteúdo áudio e descritos, os quais falam sobre os avanços nas questões inclusivas.



Fonte (Memorial da inclusão).

Na Bahia um exemplo de instituição que trabalha com inclusão é o Xisto Bahia⁸, inaugurado em 1988 é um dos mais importantes espaços cênicos de Salvador, reconhecido também pelo diálogo com as linguagens artísticas principalmente os grupos de dança. Localizado junto a biblioteca pública da Bahia e às salas Walter Silveira e Alexandre Robatto, o Xisto Bahia integra o complexo Cultural da Biblioteca Pública dos Barris. O espaço tem sala principal com 190 lugares, duas salas de ensaio, uma sala de reuniões, foyer. O Xisto Bahia temo como sua coordenadora uma pessoa com deficiência Ninfa Cunha (Figura 10), Quando Ninfa cunha foi nomeada para o cargo de coordenadora do Xisto, o então ministro da cultura Jorge Portugal (2015), “a nomeação de Ninfa é uma atitude acessível, não adianta só fazer o prédio acessível, precisamos de atitudes acessíveis”.

⁸ Xisto Bahia de Paula, compositor, violonista, teatrólogo baiano, nasceu no bairro do Além do Carmo em Salvador, em 1841. Filho do major do exército Francisco de Paula Bahia e Tereza de Jesus Maria do Sacramento Bahia. Era o caçula dos irmãos recebeu somente instrução primária. Aos 17 anos já cantava suas primeiras modinhas, é dele a primeira música gravada no Brasil, pela casa Edison em 1902, o lundu “Isto é bom” Outra composições famosas: Ainda sempre, modinha, A mulata, lundu com Nilo de Moraes Filho. Apesar da profícua produção artística, a vida de Xisto Bahia foi marcada por altos e baixos, em especial nas questões financeiras: mesmo assim, o vigor de sua obra resiste ao tempo. FONTE: Espaço Xisto Bahia

Figura 10- Ninfa Cunha coordenadora do Xisto Bahia



Fonte: Secretaria de Comunicação da Bahia (secom)

Ninfa Cunha tem 48 anos, é graduada em comunicação social-Relações Públicas pela UNIFACS (Universidade Salvador), aluna especial do programa de mestrado Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Usuária de cadeira de rodas, Ninfa é dançarina e produtora cultural e faz palestras sobre arte-educação. Com 16 anos de carreira como interprete-criada e dançarina foi segundo lugar no festival internacional Dança Bahia. É uma das fundadoras da companhia de dança inclusiva RodArt, sendo que já se apresentou em diversos

estados brasileiros e participou de festivais como: Art sem barreira, Ateliê de coreógrafos brasileiros e viva dança.

Como produtora cultural, Ninfa foi responsável pela concepção e produção de sete edições do Casulo de Artes inclusiva (2009-2015), da perspectiva em movimento (2010) e da semana cultural acessível (2015). (Secretaria de Comunicação da Bahia - Secom).

Um exemplo encontrado na Bahia de espaço adaptado ao público de pessoas com deficiência é o Museu Eugênio Teixeira Leal.

O Museu Teixeira leal (figura 11), tem em seu acervo composto mais de 600 peças, criado em 1959, é especializado em moedas e condecorações. A coleção está dividida em 3 exposições que buscam contar a história do dinheiro no mundo. Onde o visitante passa a conhecer as mudanças ocorridas na sociedade a partir da adoção da moeda como meio de troca entre os homens. No Museu Eugênio Teixeira Leal os visitantes ainda podem conhecer a Biblioteca Inocêncio Calmon, seu Arquivo Histórico, a Galeria Francisco de Sá, o Cine Teatro Góes Calmon, além dos projetos socioeducativos. O Museu está localizado em Salvador (BA), no pelourinho. (CONCEIÇÃO, 2017, p. 35 e 36).

Quando se trata da acessibilidade do prédio ele é classificado como um espaço adaptado, por oferecer maquetes táteis para que as pessoas com deficiência visual ou cegas, pela reprodução de obras táteis, e a utilização de mapas em relevo do museu. Depois de um incêndio ocorrido, o prédio passou por algumas mudanças, a construção de elevadores e a instalação de ar condicionado, e sanitários acessíveis. Fernanda (2017), “sua adaptação aconteceu antes da instalação da lei 10.098 de 2000 por isso é tida como uma obra de vanguarda” a instituição ainda apresenta, rampas de acesso móveis para possibilitar o acesso de todas ao museu.

Figura-11- Museu Teixeira Leal



Foto: Alan cruz (2016)

Figura 12- Sanitário adaptado Museu Texeira Leal.



Foto: Alan Cruz (2016).

A partir do que foi exposto anteriormente, é sim possível para uma instituição de âmbito cultural fazer uma trabalho de inclusão. Existem exemplos de

projetos que deram certo, e que conseguem juntar, o patrimônio cultural e pessoas com deficiência, tratando do assunto com naturalidade, e lembrando dessas pessoas que sempre foram esquecidas pela sociedade.

2- MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA RAIMUNDO DE OLIVEIRA (MAC): CONTEXTO HISTÓRICO.

Construído em 1942, pelo prefeito Heráclito Dias de Carvalho para sediar os currais modelo, o prédio (figura 13), que hoje abriga o MAC, em 1967, passou a abrigar o Museu Regional. (Centro Universitário de Cultura e Arte, Universidade Estadual de Feira de Santana/BA).

Figura 13- Antiga sede administrativa da balança do campo do gado prédio de 1942



Fonte: Site Feira de Santana antiga

A década de 60 foi um período de intensas transformações na sociedade feirense. Grupos de intelectuais, artistas e políticos percebiam que a cidade crescia e se industrializava rapidamente, o que provocava em uns, grande entusiasmo com modernização da vida urbana e, em outros, certa preocupação com a perda das características de cidade pacata, fortemente marcada pelo universo rural e por sua

história ligada há séculos à feira livre e ao comércio de gado. (Centro Universitário de Cultura e Arte, Universidade Estadual de Feira de Santana/BA).

Em 26 de março 1967, a sociedade feirense viu-se orgulhosa a abertura das portas do primeiro museu da cidade, sendo ele também o primeiro a ser criado no interior do estado, longe da capital. E aquele não foi apenas um evento local.

Figura 14- Ginásio de esporte onde antes funcionava administração da balança do campo do gado.



Fonte: Site Feira de Santana Antiga.

A inauguração do então chamado Museu Regional de Feira de Santana (figura 15), além da presença de intelectuais feirense, contou também com a presença de artistas de renome nacional como o pintor Di Cavalcante. O MRA (Museu de Regional de Arte), nasceu a partir do projeto de interiorização das artes, criado por Chateaubriand que visava a abertura de museus fora das grandes cidades. Desta maneira, o MRA é instalado no o antigo prédio onde funcionava a administração e balança de animais da feira do gado- posterior Ginásio Municipal (figura 14).

Figura 15- MRA (Museu Regional de Arte), de Feira de Santa década de 60.



Fonte: Site do IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br>).

No final de 1995, a UEFS, que administrava o Museu Regional, transferiu todo o acervo para o Centro Universitário de Cultura de Arte (CUCA), consciente da importância histórica do edifício que durante quase trinta anos abrigou o Museu Regional, o Departamento de Cultura do município dirigido na época por Juraci Dórea na gestão do prefeito José Raimundo Pereira de Azevedo, desenvolveu um projeto visando a preservação do citado espaço para a área cultural, criando o Museu de Arte Contemporânea de Feira de Santana- Decreto 5958, de 25 de Julho de 1996, que através do projeto de Lei 147/97, passou a denominar-se Museu de Arte Contemporânea ⁹Raimundo de Oliveira (figura 16). (Centro Universitário de Cultura e Arte, Universidade Estadual de Feira de Santana/BA).

⁹ Artista feirense Raimundo Falcão de Oliveira, um dos maiores nomes das artes plásticas que Feira de Santana já produziu. Nascido em 1930 Raimundo possui amplas obras já expostas em Paris, Nova York, Madri e Moscou, além de outras cidades da Europa, América Latina e Brasil a exemplo de Rio de Janeiro e São Paulo. Sua primeira exposição, entretanto, ocorreu no colégio Santanópli, na década de 40, onde estudava, seguindo-se uma outra no hall da prefeitura de Feira de Santana em 1951. Raimundo teve uma conexão central com sua mãe, Dona Santa. Em Salvador, Raimundo de Oliveira chegou cursar a Escola de Belas Artes da universidade da Bahia. Lá conheceu artistas como Mario Cravo Junior e Jenner Augusto. Daí para o mundo morou em São Paulo e no Rio de Janeiro. A obra de Raimundo de Oliveira é muito influenciada por temas cristão católicos, a influência atribuída a sua infância religiosa ao lado da mãe, Raimundo tinha aspirações seminaristas, chegando a se matricular em uma instituição que recepcionava vocacionados tardio, não seguiu a trilha religiosa. Em 1966 ele é encontrado morto no Hotel São Bento em Salvador, após ter cometido suicídio.

Figura 16-MAC nos dias atuais.



Fonte: (Jornal Grande Bahia).

O Mac Feira de Santana foi concebido para atuar na produção artística contemporânea, pois o museu conta em acervo referência de entorno de 60 obras representativos artistas plásticos baianos como: Calasans Neto, Cesar Romero, Ruben Valentim, Juraci Dórea.

Não se limita a expor um acervo físico, optando por uma linha museológica mais dinâmica realizando exposições mensais das mais variadas linguagens plásticas, dentre elas pintura, escultura, gravuras, edições de livros, mostra de vídeos, evidenciando um MUSEU VIVO, um museu que identifica e expressa os complexos meandros do fazer artístico contemporâneo (FUNTITEC Fundação municipal de tecnologia da informação, telecomunicação e cultura Egberto Tavares Costa).

2.1- As principais barreiras da acessibilidade.

Os espaços expositivos do MAC (Museu de Arte Contemporânea), acabam não dispendo de uma infra-estrutura que possa auxiliar no uso e no acesso de todos. Por se tratar de um prédio que originalmente não foi pensado para ser um espaço museal, ele não obedece as normas de acessibilidade exigidas por lei.

Pode-se encontrar um número relevante de obstáculos que dificultam o acesso aos espaços e meios culturais, sendo que, esses impedimentos podem ser de natureza física como as barreiras arquitetônicas, sociais comunicacionais, que acabam dificultando, a visita de todos os cidadãos de uma forma plena, autônoma e com segurança.

Um espaço cultural deve ser um local onde todos possam se sentir aceitos, essa aceitação e o seu acolhimento só é possível através da acessibilidade do acervo, arquitetura do local, pela iluminação, pela sinalização, e não podemos esquecer pela atitude dos funcionários que recebem os visitantes.

Na sequência apresenta-se uma planta baixa do prédio onde está localizado o MAC (figura 17), para se ter uma visão geral do local, em seguida considera-se alguns elementos deste mesmo espaço, tais como: O acesso ao prédio, circulação na parte interna, Utilização dos banheiros, Iluminação, e Sistema de comunicação e sinalização.

2.2- O acesso ao prédio

O portão de entrada apresenta degraus (figura15) com altura que varia de 13 a 14 cm, com isso dificultando o acesso para as pessoas com deficiência, ou que façam uso da cadeira de rodas, pessoas com bengalas, idosos com dificuldade de locomoção, por exemplo.

De acordo com a ABNT (2015), para que a entrada da edificação seja acessível o passeio deve estar completamente livre sem nenhum tipo de obstáculo (figura 18). Deve-se ser produzida também uma faixa de circulação com piso tátil, para garantir que as pessoas com deficiência visual tenha uma rota acessível desde da entrada.

Para Cohen, Duarte e Brasieliro (2012), nas edificações e equipamentos urbanos todas as entradas devem ser acessíveis, bem como as rotas de interligação às principais funções do edifício. Para facilitar o deslocamento de pessoas portadoras de deficiência é necessária a existência de rampas “para vencer os desníveis de calçadas, deverão ser previstas rampas com inclinação nunca excedente a 8,33%, e estas devem ser sempre contrastante. Suas abas laterais devem ter uma inclinação máxima de 100%, medindo horizontalmente no mínimo 0,50 m².

Figura 18- Calçada com barreira de locomoção.



Foto: Mauricio Silva, (2016).

Figura 19- Porta de acesso ao prédio.



Foto: Mauricio Silva, (2016)

A porta principal está dentro das normas da ABNT (2015), mas os degraus que ficam da parte da frente do MAC impossibilita o acesso a parte interna da instituição, (figura 19). Como observa Duarte, Brasileiro e Cohen (2012) , tanto para chegar ao museu quanto no acesso imediato às áreas internas devem ser previstas pisos com sinalização tátil, com duas funções básicas, piso guia (figura 20) e piso de alerta (figura 21), sinalização tátil direcional a função é indicada a pessoa portadora de deficiência visual um percurso livre de barreiras. Ela deverá possuir textura diferente do resto do calçamento. Quando o piso adjacente tiver texturas, o piso guia deve ser liso.

Maria Alice Ferrur (2012), a função desse tipo é alertar uma pessoa portadora de deficiência visual sobre a presença de alguma barreira, como orelhão, caixa de correio, lixeiras etc.

Figura 20- Piso tátil direcional.



Foto: Mauricio Silva (2018).

Presença de piso tátil direcional, em cor contrastante com o do piso, possuindo continuidade entre os lotes. Neste trecho há uma faixa que é livre e adequada, em um trajeto com terreno praticamente plano, que acaba tornando o trajeto seguro e confortável. (FERRUR, 2012).

Figura 21-Piso tátil de alerta.



Foto: Mauricio Silva (2018).

Para a ABNT (2004), o piso tátil é caracterizado pela diferenciação de textura em relação ao piso adjacente. O piso de alerta deve ser cromodiferenciado, ou seja, em cor contrastante com a cor contrastante no piso adjacente. A ABNT (2004), recomenda pisos táteis de alerta junto de desníveis tais como plataformas de embarque, palcos, vãos, entre outros. A norma afirma que esta sinalização tátil deve ter largura entre 0,25 m e 0,60 m, instalado ao longo de toda extensão onde houver risco de queda, e estar a uma distância da borda de no mínimo 0,50m¹⁰.

Figura 22- Passeio de acesso ao museu



Foto: Mauricio Silva, (2016)

Passeio ou parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último como separada por pintura ou elemento físico, leve de interferência, destinada à circulação de pedestre e excepcionalmente de ciclistas (ABNT, 2015). Encontra-se no entorno do MAC passeios e calçadas com desníveis, em algumas parte não existindo a

¹⁰ Fonte: ABNT NBR 9050/2004; Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

própria calçada, o que já se torna um obstáculo para pessoas sem nenhum tipo de deficiência, mas sobretudo para aquelas com alguma deficiência ou mobilidade reduzida

2.3- A circulação na parte interna.

Os percursos encontrados no MAC, como os pisos (figura 23) são com texturas e alguns desníveis, além disso na porta de entrada encontra-se alguns degraus (figura 24), que acabam dificultando o acesso ao interior do museu. Já que museus são locais de grande frequência e visitação de pessoas, recomenda-se circulações com 1,60m, sendo toleráveis passagens com 1,40m.

Figura 23- Piso encontrado no MAC.



Foto: Mauricio Silva, (2016).

Figura 24-Degraus de acesso ao museu.



Foto: Mauricio Silva, (2016).

Na área da pesquisa sobre a mobilidade humana, o percurso representa o movimento dos corpo, o deslocamento no espaço. O percurso deve ser considerado em função de um contexto e, uma sucessão de atos como: andar, fixar o seu olhar, ver, ler afastar-se, comparar, lembrar-se, discutir, etc, com o percurso os espaços museológicos significa ao mesmo tempo conquistar seus lugares, aprovar-se em um ato concreto, quer se realize ou não no espaço e no tempo. (COHEN, DUARTE e BRASILEIRO; 2012, p.87).

Como observa Cohen, Duarte e Brasileiro (2012), a largura mínima para corredores internos é de 0,90m, o que permite a passagem de apenas uma cadeira de rodas ou uma pessoa portadora com deficiência visual. No entanto é mais indicado a largura de 1,20m para locais com trânsito um pouco mais intenso, pois essa largura permite a passagem lado a lado de uma cadeira de rodas e um indivíduo caminhando a pé (figura 25). Já em locais de grande fluxo de pessoas, como nos museus, o corredor deve ter 1,60m de largura, o que permitiria não só a passagem de duas cadeiras de rodas lado a lado, como a manobra de cadeira em volta de 360°.

Figura 25- Ilustração da circulação exigida pela norma ABNT NBR 9050/2004



Fonte: (COHEN, DUARTE e BRASILEIRO, 2012, p.103)

Ainda segundo Cohen, Duarte e Brasileiro (2012), as portas internas de uma edificação devem permitir que todas as pessoas possam circular livremente e com autonomia. A largura mínima de porta é de 1,40m, já que elas atendem a locais que podem receber mais de cem pessoas. Uma das aberturas deve possuir largura mínima de 0,80m (é preferível 0,90m). pessoas e a largura mínima de porta em locais que recebem menos de cem pessoas é de 0,90m.

Para locais inferiores a 30 metros quadrado, a largura mínima da porta é de 0,80m (é preferível 0,90m). As portas devem apresentar as seguintes características. Abertura em um único movimento através de maçanetas tipo alavanca, instalados em altura variada entre 0,90m e 1,10m. (COHEN, DUARTE e BRASILEIRO, 2012, p. 103).

Quando forem abertas por sensor ou dispositivos de abertura, instalá-los em altura entre 0,80m e 1m, leveza de material, Revestimento para proteção de impactos na sua extremidade inferior até 0,40m acima. Enquanto as áreas de aproximação lateral, estas devem ser de no máximo 0,60m para garantir a abertura por pessoas usuárias de cadeira de rodas.

As portas da parte inferior de uma edificação devem permitir o acesso com autonomia das pessoas que façam o uso da cadeira de rodas. As portas internas do MAC (figura 26), estas estão entre 1,15m a 1,16m, fazendo com que as pessoas em cadeira de rodas, obesas consigam se locomover com autonomia. Apesar dessas portas estarem fora das normas, pois o espaço suporta mais de cem pessoas.

Figura 26- Portas de acesso às salas de exposições.



Foto: Mauricio Silva, (2016).

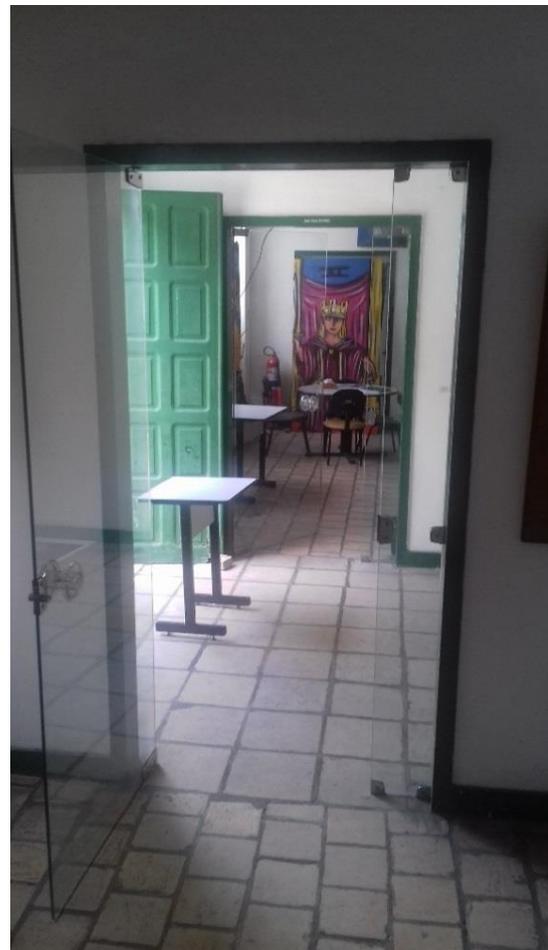
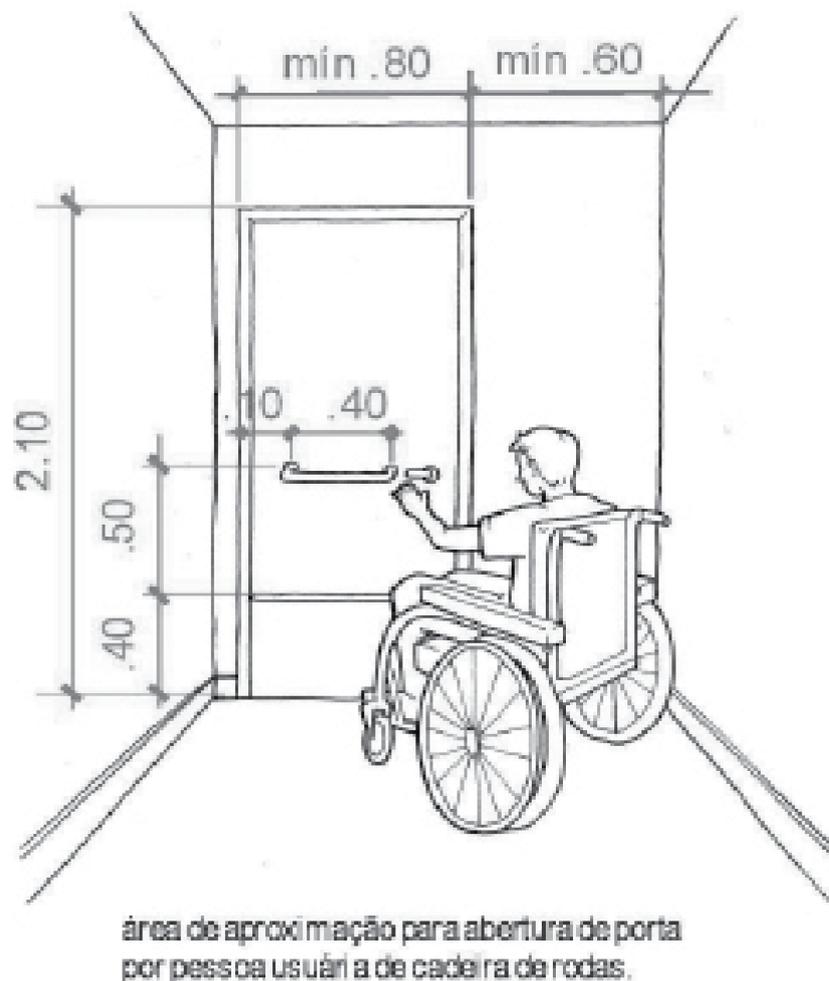


Foto: Mauricio Silva, (2016).

Figura 27- Ilustração das portas internas apresentadas pela norma ABNT NBR 9050/2004



Fonte: (COHEN, DUARTE, BRASILEIRO, 2012, p. 100)

A ilustração apresenta as medições exigidas pela ABNT (2015), das portas internas com largura mínima, proteção contra impacto, área de apresentação, barra horizontal em altura adequada a uma instituição cultural, indicando área de aproximação para pessoas que utilizam a cadeira de rodas, portas essas que os cadeirantes devem conseguir operar sozinhos, prezando sempre pela sua autonomia (figura 27).

Analisando as medidas de portas e janelas encontradas no MAC (tabela1), nota-se que apenas a porta principal encontra-se dentro nas normas exigidas pela ABNT NBR 9050/2015.

Tabela 1: Medições das portas de acesso do MAC (Museu de Arte Contemporânea) Feira de Santana- Bahia

Portas de acesso	Medições
Janelas	0,90m x1,70m
Porta Principal	2,40m x3,30m
Portas Secundárias	1,15m x2,20m
Sanitários	0,70m x2,10m

2.4- A utilização dos banheiros.

Para mostrar que a instituição trabalha com a inclusão, o que se espera encontrar são banheiros acessíveis, pois qualquer espaço sejam públicos ou privados precisam apresentar banheiros que sejam utilizados por todas as pessoas, com ou sem deficiência, sempre presando pela inclusão.

Cohen, Duarte e Brasileiro (2012), definem o banheiro como sendo uma das áreas internas de museus que merecem mais atenção, devido às barreiras e perigos que podem se apresentar às pessoas com deficiência física. Para torná-lo acessível, devem-se observar as instruções para o uso e adequação para usuário de cadeira de rodas (dimensões mínimas 0,80m x 1,20m) e barras de apoio e transferência, devidamente posicionadas, seguras e de acordo com as normas de seus usuários.

O vaso a bacia sanitária precisa estar na mesma altura do assento da cadeira de rodas (entre 0,46m e 0,52m). Para cumprir esse requisito, há três alternativas: bacia de fixação na parede, soco de fixação no chão para assentamento de bacia e utilização de assento para ajuste de altura.

A área de transferência pode ser perpendicular, lateral ou diagonal, sendo esta última a mais utilizada. A instalação de barras facilita a transferência. O correto é prever um espaço para posicionar a cadeira de rodas e permitir a transferência lateral. O mecanismo de acionamento da descarga precisa ser do tipo alavanca ou automático. (COHEN, DUARTE e BRASILEIRO, 2012, p. 128).

Os sanitários e vestiários acessíveis devem obedecer os parâmetros da Norma NBR 9050 que diz respeito a instalação de bacias, mictórios, lavatório, boxe de chuveiro, acessórios e bacias de apoio,

além das áreas de circulação, transferência, aproximação e alcance. (ABNT, 2004).

Ainda de acordo com Cohen, Duarte e Brasileiro (2012), quando houver boxe, este deve ter dimensões mínimas de 1,70m x 1,50m e abertura de porta para fora da cabine. Convém prever lavatórios na área de transferência dentro da cabine. Na essa ilustração (figura 28), é apresentada banheiro que possibilita o uso por pessoas em cadeira de rodas.

Figura 28- Banheiro possibilitando área de transferência lateral ou diagonal.



Fonte: (COHEN, DUARTE e BRASILEIRO, 2012, p. 129).

Cohen, Duarte e Brasileiro (2012), as pias e lavatórios devem prever área de aproximação frontal para a utilização do elementos. Recomenda-se as barras de apoio na frente do lavatório. O sifão deve estar afastado 0,25m da projeção da borda e possuir proteção para evitar queimaduras ou batidas.

Figura 29- Ilustração pia com área de aproximação frontal para uma pessoa sentada.



Fonte: (COHEN, DUARTE e BRASILEIRO, 2012, p.130).

Para Brasileiro (2012), o acionamento de torneiras precisa ser do tipo alavanca, monocomando ou com sensor, sentindo-se no máximo a 0,50m da borda da pia ou bancada (figura 29). Os espelhos devem prever inclinação de 10° para permitir melhor visualização do usuário de cadeira de rodas ou de pessoas com baixa estatura.

O MAC disponibiliza de dois sanitários que estão localizados na parte interna, cada um possuem portas (figura 30), com dimensões mínimas de 0,70m x 2,10m. Sanitários esses que não são acessíveis, uma vez que é possível encontrar um degrau com variação de 17 cm a 20 cm em cada banheiro, o que com isso acaba impossibilitando a entrada de visitantes que façam uso da cadeira de rodas. Não foram encontradas nem um tipo de barra de apoio, nem na bacia sanitária nem em frente ao lavatório. Foi possível notar que não há nenhum tipo de modificação que possa auxiliar no acesso aos sanitários.

Figura 30- Portas de acesso ao banheiro do MAC com degrau dimensões 17 cm a 20 cm.

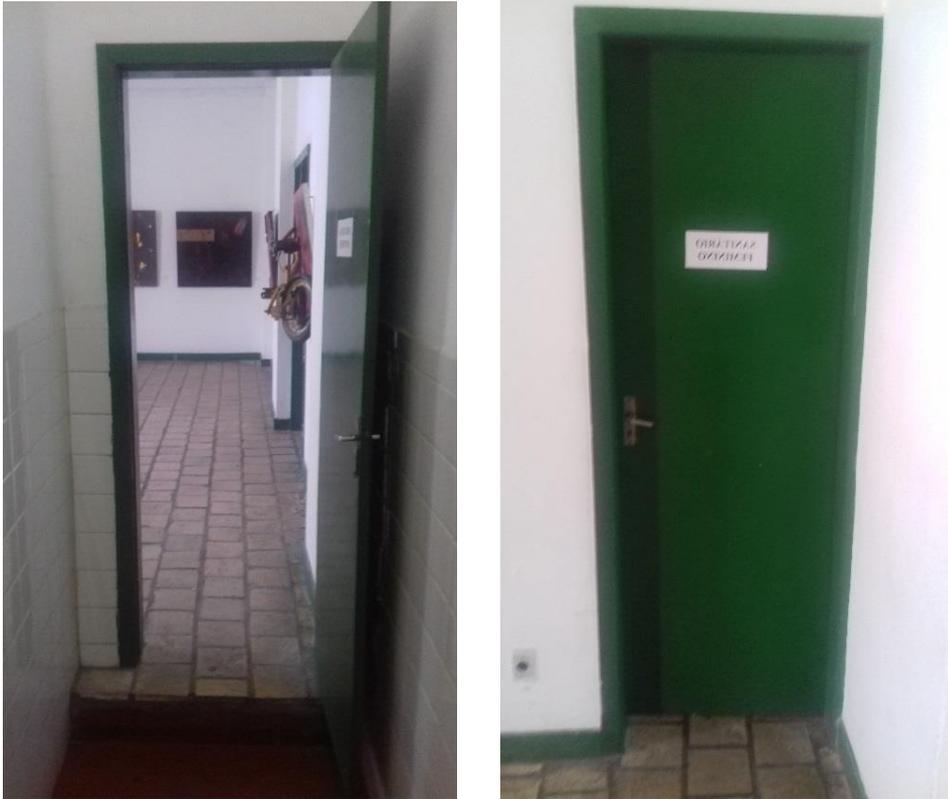


Figura 31- Bacias sanitárias sem barras de apoio.



Fotos: Mauricio Silva (2016).

Além dessas divergência já apontadas, as bacias sanitárias encontram-se sem nenhuma barra de transição, portas com larguras que não possibilita o acesso de pessoas com deficiência, e que façam uso de cadeira de rodas (figura 31).

Figura 32- Parte interna do banheiro que leva aos sanitários.



Foto: Mauricio Silva (2016)

Outro ponto evidente na parte interna dos banheiros é o fato que esta não apresenta espaço suficiente para que pessoas com cadeira de rodas possam fazer uso dos sanitários. Com isso impossibilitando a utilização com segurança desta área.

Figura 33- Mictório encontrado no banheiro masculino.



Foto: Mauricio Silva (2016).

Assim como em outras partes do museu foram encontrados alguns problemas referentes ao difícil acesso das pessoas com deficiência, no banheiro masculino encontra-se um mictório que acaba impossibilitando o uso de pessoas em cadeira de rodas, e de pessoas com algum tipo de deficiência motora.

2.5- A iluminação.

Toda iluminação da parte interna de um espaço cultural deve ser com luz natural e artificial.

Cohen, Duarte e Brasileiro (2012), define que a iluminação deve ser forte e bem tratada, evitando reflexos ou áreas de sombras, principalmente nos ângulos e nas escadas. Ainda segundo Cohen, Duarte e Brasileiro é necessário suprimir mudanças bruscas de iluminação nas salas de exposição e mesmo em salas adjacentes. Entretanto, salienta-se que os contrastes de iluminação na medida em que não sejam muito significante entre espaços de circulação e de exposição podem criar pontos de referências que ajudam na melhor sinalização dos locais.

Apresentado pela ABNT (2015), a rota acessível de um museu é preciso ter nível de iluminância de 150k medidas a 1.00 m do chão. São aceitáveis níveis inferiores de iluminação para ambientes específicos.

A iluminação do ambiente é importante porque é ela que dá legibilidade às informações, devendo existir contraste entre a sinalização e a superfície no qual ela será afixada. Ao sinalizar a parte interna dos ambientes, deve levar em conta que a dimensão mínima das figuras deve ser de 15 cm, considerando a legibilidade a uma distância de 30 m (ABNT, 2015).

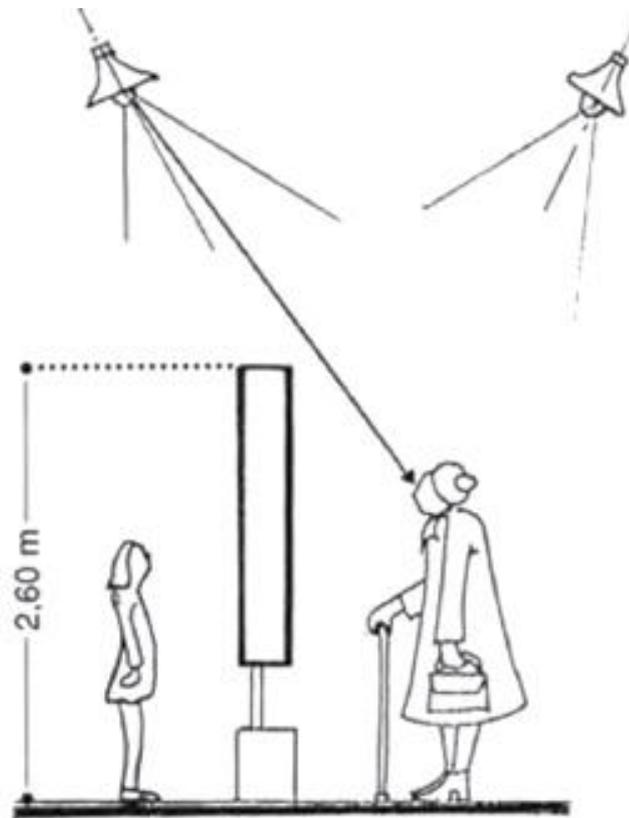
Figura 34- Pontos de iluminação no MAC



Foto: Mauricio Silva (2018)

A iluminação existente no MAC, é a dicróica, tendo pontos que não oferece iluminação adequada para que todas as pessoas sejam capazes que visualizar as informações e o acervo exposto de maneira satisfatória.

Figura 35- Pessoas de diferentes estaturas e o nível de iluminação em uma parede de exposição.



Fonte: (COHEN, DUARTE e BRASILEIRO, 2012, p. 105)

2.6. Sistemas de comunicação e sinalização.

Quando se trata da comunicação e sinalização, o MAC não apresenta nenhuma forma de diálogo que possa auxiliar na interlocução com os visitantes.

Ter acesso a informação representa a expressão de democratização dos espaços culturais e nos museus isto implica em poder usufruir de bens culturais que devem ser disponibilizado e vivenciados por todos os públicos, desta forma, os museus que trabalham sob os preceitos de uma museologia inclusiva é recomendado que empreguem a multisensorialidade em suas exposições. Deste modo, as exposições devem ser concebidas com informações em linguagem clara e coesa, recursos, sonoros, visuais, escritos e táteis. Porém, a informação disponibilizada pelos museus, muitas vezes apresenta somente um conteúdo visual, pouco pertinente e atrativo, não causa um impacto capaz de gerar uma apropriação pelo sujeito (CHALHUB, BENCHEMOL e ROCHA 2015).

O recomendado segundo Chalhuh, Benchemol e Rocha (2015), ainda que os museus utilizem uma combinação de imagens visuais e táteis e sua

descrição com o recursos eficazes para apresentar conteúdos informacionais, bem como acrescentar equilíbrio na relação entre quantidade de informação e os materiais e texturas dos suportes, eficácia e atratividade na dupla conteúdo e informação apresentada na dimensão dos materiais e formas dos percursos e indicações precisas de rotas, visto que estas exposições são a melhor forma de apresentar e aproximar a sociedade de seu patrimônio cultural musealizado.

Os espaços culturais devem apresentar aos visitantes de forma fácil, clara e legível informações para que esses possam se locomover pelo espaço de maneira autônoma e segura.

Segundo Cohen, Duarte e Brasileiro (2012), nos materiais escritos é preciso evitar todos os elementos que dificultam a leitura, como baixa qualidade do papel e da impressão e a composição com caracteres reduzidos tal como sinalização, por exemplo. É importante utilizar em todos os materiais informativos o máximo de contrastes entre as tintas e os suportes buscando uma boa saturação de cores. Para assegurar este bom contraste que facilite a informação para pessoas com baixa visão recomendam-se as combinações de cores preto/branco, preto/amarelo, azul/branco e verde/branco.

Deve-se evitar a disposição de texto sobre uma imagem ou sobre um fundo traçado, elemento este que dificulta a leitura.

Figura 36- Painel de informação e orientação na entrada de um museu, tendo uma placa com textos em braille para pessoa com deficiência visual.



Fonte: (COHEN, DUARTE e BRASILEIRO, 2012, p. 134).

As placas informativas devem possibilitar a leitura de todos os visitantes do museu, idosos, adultos, pessoas em pé, pessoas em cadeira de rodas, e crianças.

Cohen, Duarte e Brasileiro (2012), recomendam utilizar um papel que forneça o máximo de condições de contato por meio da mão (sensação tátil, resultante da combinação da gramatura, da espessura e da rigidez), os papéis mais espessos atendem melhor a essa condição .

Uso do braille, mesmo que o museu não seja acessível a todos às pessoas com deficiência visual, braille é uma forma de comunicação excepcional, que dá acesso aos livros, notícias e ajuda à vida. A escrita braille utiliza o sentido de tocar sob forma a forma de pontos em relevo (figura 34), tendo como unidade básica um célula formada de seis pontos em relevo. As diferentes combinações desses seis pontos formam cada uma das letras do alfabeto. (ABNT, 2015).

Figura 37- Ilustração de uma placa informativa em braille e com relevo.



Fonte: (COHEN, DUARTE e BRASILEIRO, 2012, p.139).

A maquete tátil ajuda os deficientes visuais, podendo ser utilizada por qualquer pessoa, crianças e pessoas que tenham deficiência intelectual. Acabam permitindo uma representação melhor do espaço, de uma obra e de certos objetos.(ABNT, 2015).

Para se ter uma ideia de como se encontra a acessibilidade no MAC, segue uma tabela que explica esta questão.

Tabela que explica a acessibilidade no MAC.

FICHA DIAGNÓSTICO DE ACESSIBILIDADE FÍSICA E SENSORIAL DE MUSEUS E INSTITUIÇÕES CULTURAIS		
I. ACESSIBILIDADE FÍSICA		
ÁREA EXTERNA	ESTACIONAMENTO	INEXISTENTE
	SINALIZAÇÃO	INEXISTENTE
	PÁTIOS	INEXISTENTE
	JARDINS	INEXISTENTE
ENTRADAS E SAÍDAS	ACESSO PRINCIPAL	COM DEGRAUS QUE IMPOSSIBILITAM O ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO ESPAÇO
	ACESSO SECUNDÁRIO	INEXISTENTE
CIRCULAÇÃO INTERNA	CIRCULAÇÃO HORIZONTAL	SEM NENHUM PROBLEMA ENCONTRADO
	CIRCULAÇÃO VERTICAL	INEXISTENTE
	EQUIPAMENTOS	INEXISTENTE
EXPOGRAFIA	CIRCULAÇÃO	LIVRE SEM NEM TIPO DE BARREIRAS
	ILUMINAÇÃO	EXISTE, MAS EM ALGUNS PONTO NÃO APRESENTA ILUMINAÇÃO ADEQUADA
	APRESENTAÇÃO DE OBRAS E / OU OBJETOS	EXISTE, MAS SEM NENHUMA OU POUCA INFORMAÇÃO
	SEGURANÇA	APRESENTA APENAS SEGURANÇA MECÂNICA
II. ACESSIBILIDADE SENSORIAL		
PROGRAMAÇÃO AUDIOVISUAL	INFORMAÇÕES	MÍNIMAS
	TEXTOS / IMAGENS	POUCAS, E COM INFORMAÇÕES DESATUALIZADAS
	LEGENDAS / ETIQUETAS	POUCAS, E COM INFORMAÇÕES DESATUALIZADAS
	MULTIMÍDIA	INEXISTENTE
AÇÃO EDUCATIVA INCLUSIVA	INDIRETA	INEXISTENTE
	DIRETA	INEXISTENTE
III. CONSIDERAÇÕES FINAIS		
CLASSIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE DO MUSEU OU INSTITUIÇÃO		A INSTITUIÇÃO NÃO APRESENTA ITENS BÁSICOS PARA QUE OCORRA UMA VISITAÇÃO SEGURA, AUTÔNOMA POR PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Sendo assim, partindo dos pontos colocados, nota-se que o MAC passa por uma série de problemas, a maioria deles ligados a acessibilidade do espaço, pois a instituição não apresenta estrutura para receber as pessoas com deficiência de maneira segura e autônoma, o que acaba impendendo a efetividade do processo de inclusão social dentro deste espaço. Vale sublinhar também que os problemas vão além da questão estrutural, passando pelos profissionais, chegando até a gestão. O MAC não apresenta nenhum de tipo de setor responsável pelo educativo, com isso a visita de qualquer pessoa, seja essa com deficiência ou não acaba sendo difícil e complicada.

3- PROPOSIÇÕES DE MELHORIAS QUANTO A ACESSIBILIDADE NO MAC.

O empenho e o acirramento das lutas sociais por questões sociais gerais e, sobretudo, pela inclusão, fez com que a sociedade começasse a se preocupar com as pessoas com deficiência, no entanto, com todas esses avanços ainda hoje é possível perceber a hegemonia dos famosos “padrões” de beleza e a busca pelo corpo perfeito, principalmente os padrões ditos e impostos pela mídia e pela indústria da cultura.

O despreparo de toda uma sociedade que não sabe lidar com as pessoas com deficiência, assim como uma ausência de ambientes e espaços acessíveis, acaba por tornar às pessoas com deficiência prisioneiras em suas próprias casas, que com isso acabam sendo vistas com um certo preconceito e discriminação.

É pertinente falar da eliminação das barreiras físicas, sensoriais e atitudinais, tanto às instituições públicas e privadas do campo cultural, precisam estar sempre preparada para receber a população com deficiência ou mobilidade reduzida, assumindo assim a sua responsabilidade com o processo de inclusão.

Uma grande conquista hoje para toda à sociedade é o fato de existirem instituições públicas de carácter cultural, que foram planejadas e projetadas com base nas leis de acessibilidade. São espaços que apresentam legendas em braile, maquetes táteis da exposição ou até mesmo do próprio prédio.

Iniciativas como a citada anteriormente acabam contribuindo para atrair e apresentar as pessoas com deficiência aos diversos espaços culturais existentes na

cidade, e com isso, conseqüentemente produz um intercâmbio no meio social, que diminui as barreiras atitudinais entre as pessoas com deficiência no convívio com a maioria da população. Em primeiro momento, os museus, centros culturais eles implantaram algumas iniciativas para remover as barreiras físicas e arquitetônicas, para garantir o acesso de maneira autônoma e segura para todo tipo de público. Em um segundo momento, foi percebido a necessidade de ampliar essas iniciativas para remover outros tipos de barreiras como as atitudinais, sensoriais e cognitivas, barreiras essas relacionadas ao comportamento humano.

A implantação de políticas públicas culturais de inclusão social nas instituições sejam elas públicas e privadas, acabam permitindo maiores condições de compreensão e interação dos visitantes ao espaço. Torna-se interessante ter pessoas com deficiência no quadro de funcionários destas instituições, eles poderão auxiliar trazendo ideias, e expondo suas opiniões e concepções sobre os trabalhos de apoio interno e externo.

3.1- As divergências que impossibilitam a acessibilidade de pessoas com deficiência no MAC e sugestões de meios para solucionar tais problemas.

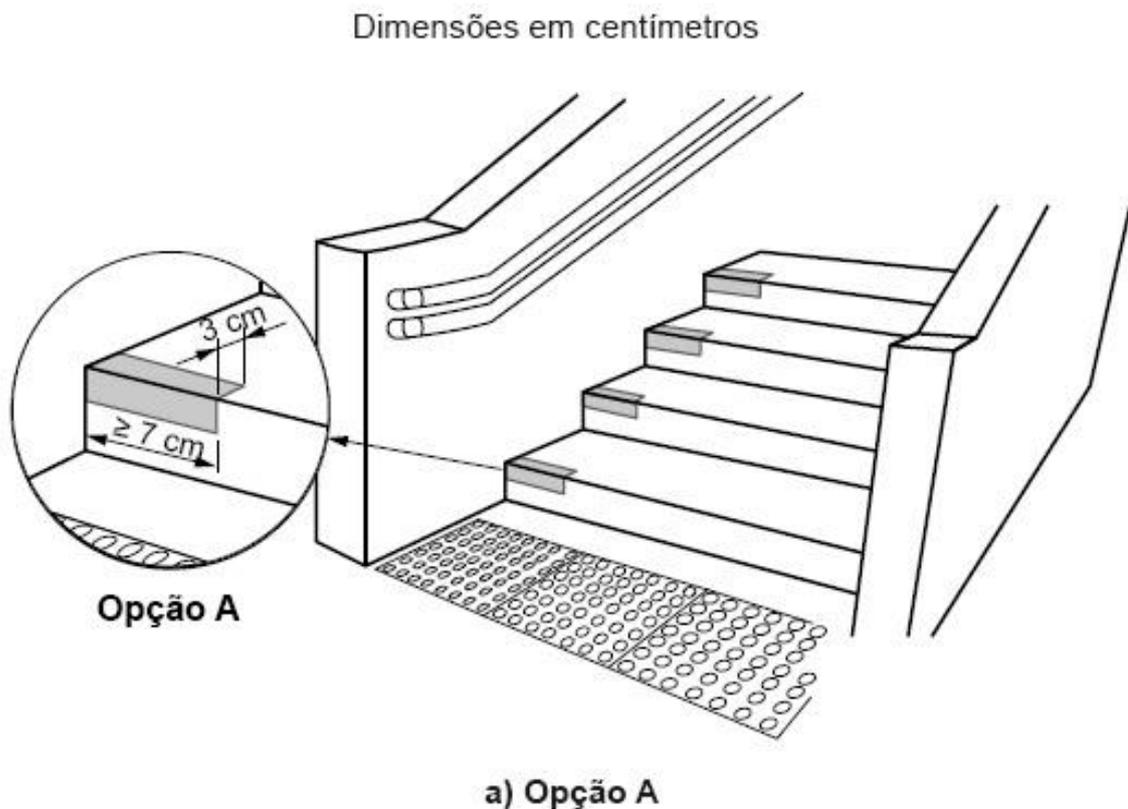
Percebe-se que mesmo estando bem localizado em uma das ruas principais de Feira de Santana, o MAC não apresenta as condições básicas para receber pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Uma das maiores dificuldades desse espaço, é o seu acesso, pois se trata de um prédio antigo que nunca passou por nenhum processo de adaptação. Surgindo o interesse em fazê-lo adaptado, o MAC, terá que colocar em prática o desenho universal, que objetiva a criação adaptação da instituição, fazendo com que este espaço seja um local livre de qualquer barreira, através de um projeto arquitetura que possa favorecer a inclusão social de uma forma mais autônoma, e tornando a visita dessas pessoas nesses respectivos espaços mais seguras.

Alguns problemas existentes no que diz respeito a acessibilidade do MAC; logo na entrada pode ser encontrada um desnível da calçada, esse poderia ser revolido com a colocação de uma calçada rebaixada para garantir o uso com segurança dos degraus que são encontrados na entrada da instituição, deveriam ser colocados corrimãos em toda a extensão e a aplicação de um piso tátil que serviria de sinalização do início e o final de cada degrau.

É necessário lembrar que mesmo com os degraus possuindo corrimãos e piso tátil de alerta, não pode deixar de existir uma rampa devidamente instalada com corrimão e piso tátil, e projetada com medida mínima de 1.20m a 1.50m de largura, as mesmas dimensões para escadas em rotas acessíveis. Medidas estas que visam atender o maior número de pessoas com dificuldades de utilizar as escadas (figura 39).

De acordo com a ABNT (2015), a sinalização aplicada em degraus e escadas de ser empregados aos pisos e espelhos em suas bordas laterais ou nas projeções dos corrimãos contrastante com o piso adjacente, principalmente fotoluminescente ou retroiluminado (figura 38), igual ou maior que a projeção dos corrimãos laterais, e com no mínimo 7 cm de comprimento e 3 cm de largura, fotoluminescente ou retroiluminado quando se tratar de saída de emergência ou rota de fuga.¹¹

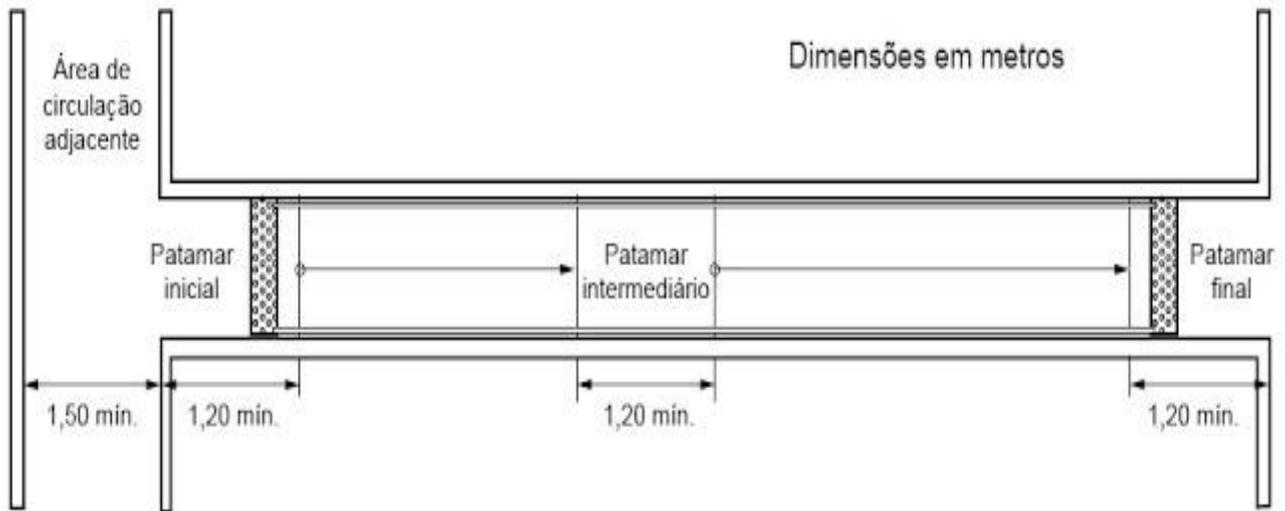
Figura 38- Sinalização de degraus.



Fonte: (Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT NBR 9050/2015, p.46).

¹¹FONTE ABNT NBR 9050/2015: Recomenda-se estender a sinalização no comprimento total dos degraus com elementos que incorporem também características antiderrapantes.

Figura 39: Parâmetros de rampas segundo a ABNT.



Fonte: (Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT NBR 9050/2015, p.60).

A instituição não apresenta equipamentos que possibilitem o acesso das pessoas com deficiência, como audioguia para os deficientes visuais e cegos, nem placas de identificação em braile, os cadeirantes ficam impossibilitados de entrar pela presença dos degraus na porta de acesso ao museu. Além disso, no MAC, não encontram-se monitores para auxiliar, o que acaba dificultando ainda mais no processo de visita.

A ABNT (2015), indica que a acessibilidade nas edificações, nos mobiliários, nos espaços e nos equipamentos urbanos devem ser feitas por meio dos símbolos internacionais de acesso (SAI). A representação do símbolo internacional de acesso consiste em um pictograma branco sobre o fundo azul (referência Munsell 10B5/10 ou Pantone 2925 C). Este símbolo pode, opcionalmente, ser representado em branco sobre o fundo preto ou pictograma preto sobre o fundo branco e deve estar sempre voltado para o lado direito (figura 40).

Figura 40- Símbolo internacional de acesso



a) Branco sobre fundo azul b) Branco sobre fundo preto c) Preto sobre fundo branco

Fonte: (Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT NBR 9050/2015, p.39)

Um espaço acessível tem que apresentar além do símbolo internacional para pessoas com deficiência físicas, é preciso ter os símbolos para deficientes auditivos (figura 41), e para às pessoas com deficiência visual (figura 42). Tais símbolos devem ser utilizados para indicar a existência de produtos, procedimentos e serviços disponíveis para estas pessoas. Símbolos esses que não podem sofrer nenhum tipo de alteração. (ABNT, 2015).

Figura 41- Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva.



a) Branco sobre fundo azul

b) Branco sobre fundo preto

c) Preto sobre fundo branco

Fonte: (Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT NBR 9050/2015,p.40)

Figura 42- Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual.



Fonte: (Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT NBR 9050/2015,p.40).

Todos os sanitários devem ser sinalizados com símbolo representativo do sanitário (figura 43), sendo que é obrigatório a colocação do símbolo internacional de acesso nos sanitários vestiários acessíveis. Os símbolos precisam ser localizados em rotas de fácil acesso, sempre próximo da área de circulação principalmente, pois isso assegura de forma autônoma a circulação das pessoas. Toda sinalização visual tem que seguir premissas de cor em seus textos, seguidos de caracteres em relevo ou em braile. (ABNT, 2015).

Figura 43- Símbolos de sanitários acessíveis.

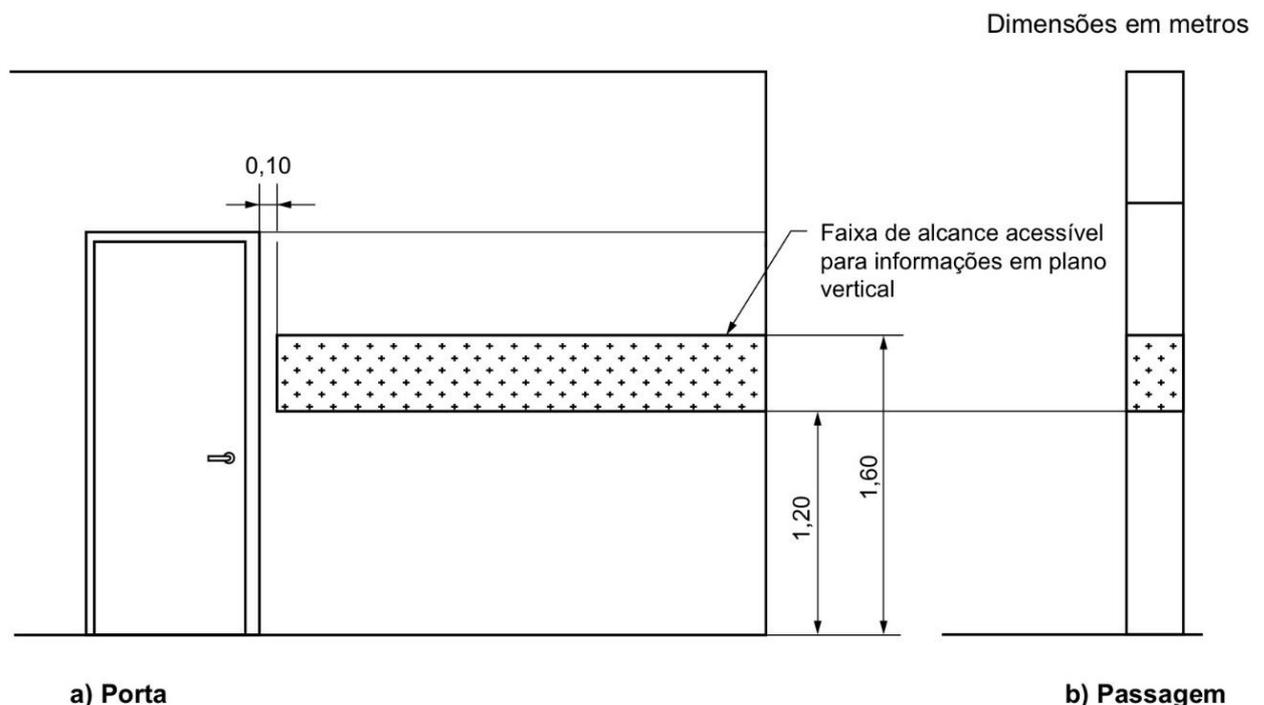


Fonte: (Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT NBR 9050/2015, p.42).

Observado pela ABNT (2015), que a sinalização das portas e passagens devem possuir informações sempre associada a sinalização tátil ou sonora. Devem ser sinalizadas com números ou letras ou pictogramas e ter sinais com textos em relevo, incluindo o Braille. Essa sinalização deve considerar os seguintes aspectos; a sinalização deve estar localizada na faixa de alcance em 1,20m e 1,60m em plano vertical. Quando instalado entre 0,90m e 1,20m, deve estar na parede ao lado da maçaneta em plano inclinado entre 15° e 30° da linha horizontal. A sinalização, quando instalada nas portas (figura 44), deve ser centralizada, e não pode conter informação tátil. Para complementar a informação instalada na porta, deve existir informação tátil ou sonora na parede adjacente a ela ou no batente.

Em portas duplas, com maçaneta central instalar, ao lado da porta direita. Nas passagens a sinalização deve ser instalada na parede adjacente (figura 44), os elementos de sinalização devem ter formas que não agridem os usuários, evitando cantos vivos e arestas cortantes. (ABNT, 2015).

Figura 44- Sinalização de portas e passagens- Faixa de alcance acessível.



Fonte: (Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT NBR 9050/2015,p.44).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas pesquisas realizadas para à elaboração deste trabalho, compreende-se para que a acessibilidade seja posta em prática é necessário conhecer o indivíduo e todas suas limitações. As leis vigentes contribuem e reforçam para que essas pessoas sejam vistas com outros olhos, um exemplo dessas lei é a 13.146 de 6 de julho de 2015 que em seu Artigo 1º institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (estatuto da pessoa com de pessoa com deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para pessoas com deficiência, visando a sua inclusão e cidadania.

As pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos e os mesmos deveres que as outras pessoas, portanto, elas não podem e não devem ser tratadas como diferentes. Elas querem poder ir e vir e fazer tudo que uma pessoa referida “normal” faz, elas não buscam nem um tipo de privilégio, nem querem passar por cima dos direitos dos outros, mas sim, estas lutam por uma qualidade de vida digna, assim como prevê a Constituição Federal.

Quando fala-se em acessibilidade evidencia que as pessoas com deficiências possam ter o direito ao acesso à informação, e que essas pessoas tenham as mesmas garantias que uma pessoa que não tenha nenhuma deficiência.

Assim é possível compreender que o tema da acessibilidade é indispensável para o campo museológico, pois um dos principais objetivos de um museu é ser social, foi criado para receber e acolher todo tipo de público, sem fazer nenhum tipo de distinção.

Mediante a isso, para que uma instituição seja acessível é indispensável que seus serviços sejam utilizados, visitados, acionados por todo tipo de pessoa, independentemente de sua condição física, isso também vale para os museus, as exposições que ali estão expostas têm que ser acessíveis para todo tipo de público, sem falar dos espaços de convivências, das informações, para que todos possam ter autonomia.

Apesar de todos os avanços da acessibilidade na área museológico, na prática essa ainda não é a realidade encontrada, mesmo com os decretos, leis e normativas que asseguram o acesso das pessoas com deficiência aos espaços culturais, o que se encontra são espaços sem nenhum tipo de acessibilidade. Ao se

falar em acessibilidade pensa-se logo em espaços arquitetônicos, na construção de rampas, mas o fato é que a acessibilidade é para, além disso, respeito!

A acessibilidade foi escolhida como um dos temas principais desse trabalho, por se tratar de um assunto indispensável para se fazer uma sociedade inclusiva, e que esta esteja preparada para acolher todas as pessoas em geral.

A sociedade precisa estar sempre atenta e preparada para conviver com pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, respeitando sempre as suas diferenças físicas e sensoriais. Nas instituições, é imprescindível que os funcionários do campo museológico estejam capacitados para acolher e receber as pessoas com deficiência sempre prezando pela segurança e autonomia.

Portanto é essencial que a acessibilidade esteja disponível em todas as esferas, no campo das atitudes, dos transportes, e nas esferas físicas. As leis existentes e normativas para que elas sejam aplicada na íntegra é preciso que haja uma fiscalização dos órgãos responsáveis, de que a acessibilidade está sendo aplicada de fato pelas instituições, e com isso permitindo que as pessoas possam vivenciar de forma plena, segura e livre os espaços culturais.

Desta forma, deixo aqui registrado o desejo de que novos trabalhos sobre a temática possam ser feitos a fim de fomentar essas discussões a respeito da inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, e conseqüentemente faça a sociedade atingir maiores proporções de inclusão e igualdade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEFAL, Rosinha (Secretaria Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Ministério da Justiça). **Entrevista concedida no Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência**, em 21 de setembro de 2016, Brasília- DF. Disponível em: < >. Acesso 21 de setembro de 2017.

AINDAR, Milene Chiovatto Gabriela. **Pensar a Educação Inclusiva em Museus a partir das Experiências da Pinacoteca de São Paulo**, 2014. Milene Chiovatto Gabriela Aindar. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/viewFile/14966/10725>>. Acesso em: 23 de dezembro 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004. **NBR- 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015. **NBR- 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.**

AUGUSTO, Carlos. **Lugares Interessantes para Visitar em Feira de Santana.** Jornal Grande Bahia, Feira de Santana: 12 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2007/10/lugares-interessantes-para-visitar-em-feira-de-santana/>>. Acesso em: 25 de Julho de 2017.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Artigo 6°. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

BRASIL, Lei N° 7,853, de setembro de 1989: **Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.**

BRASIL. Decreto n. 5. 296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 17 de outubro de 2017.

BRASIL. Lei N° 11.904 de 14 de julho de 2009. Artigo 35. **Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente.**

BRASIL. Lei N° 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015, apresenta que: Art.1° É instituída. **Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência** (Estatuto da

peessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 27 de junho de 2017.

BRASIL. Lei N° 47, de 19 de agosto de 2004. Artigo 3°: **conceito de museus**. <http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/portugal/portugal_portuguese_museums_law_472004_pororof.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2017.

CAMBIAGHI, Silvana Serafino. **Acessibilidade em ambientes culturais: Desenho universal no Patrimônio Cultural Tombamento**, 2012. Marcavisual. Rio Grande do Sul. 178 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3024706/mod_resource/content/1/acesibilidade-em-ambientes-culturais-eduardo-cardoso-e-jeniffer-cutty-orgs.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

CARDOSO, Eduardo; CURY, Jeniffer. **Acessibilidade em ambientes culturais**, 2012. Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial de Biblioteconomia e comunicação da UFRGS, 178 p. <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3024706/mod_resource/content/1/acesibilidade-em-ambientes-culturais-eduardo-cardoso-e-jeniffer-cutty-orgs.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

CHALHUB, Tânia; BENCHEMOL, Alegria; ROCHA, Luisa Maria Gomes de Matto. **Acessibilidade e inclusão: A informação para surdos**, 2015. 20 p. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB), ISSN 2177-3688. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2863/1207>>. Acesso em: 14 de outubro de 2017.

CHAN, MARGARET. **RELATÓRIO SOBRE DEFICIÊNCIA DA OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE**, 2011. DISPONÍVEL EM: <<HTTPS://WWW.PORTALEDUCAAO.COM.BR/CONTEUDO/ARTIGOS/GESTAO-E-LIDERANCA/RELATORIO-SOBRE-DEFICIENCIA-DA-OMS/30080>>. ACESSO EM: 14 DE OUTUBRO DE 2017.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane e BRASILEIRO, Alice. **Acessibilidade a Museus** / Regina Cohen, Cristiane Duarte e Alice Brasileiro - Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012. 190 p.; 18x24 cm (Cadernos Museológicos Vol.2). Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acesibilidade_a_museu_miolo.pdf>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2018.

CONCEIÇÃO, Fernanda Azevedo. **Acessibilidade nos Bens Culturais Imóveis: Estudo de Caso no Museu Casa Hansen**. 2017. 91 f. Monografia de Graduação em Museologia- Centro de Arte, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira 2017.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. *ICOM: Código de Ética do para Museus do ICOM*. 21ª Assembleia Geral do ICOM em Seul, 2004. Disponível em: <http://icom.org.br/wpcontent/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf>. Acesso em: 07 de setembro de 2017.

FERREIRA, Denise Martins. (12/01/2018); **Afinal de contas, quem é a pessoa com deficiência?** Disponível em: <<https://noticias.r7.com/prisma/thiago-helton/afinal-de-contas-quem-e-pessoa-com-deficiencia-12012018>>. Acesso: 16 de janeiro de 2018.

FERRUR, Maria Alice. **Acessibilidade na prática**. Disponível em: <http://www.acessibilidadenapratica.com.br/>. Acesso 12 de janeiro de 2017.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, TELECOMUNICAÇÃO E CULTURA. FUNTITEC. **Egberto Tavares Costa**. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/secretarias.asp?id=29&serv=ok>> Acesso em: 22 de julho de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *IBRAM*. Programa **Nacional de Educação Museal: IBRAM, Oficialização do Programa Nacional de Educação Museal**. Disponível em: <<https://pnem.museus.gov.br/>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2017.

LICHT, Flavia Boni. **Acessibilidade em ambientes culturais: Acessibilidade e cultura por que sim? Por que não?** 2012. Organização: Eduardo Cardoso e Jeniffer Cury. Marcavizual. Rio Grande do Sul. 178 p.

MANUAL DO DESENHO UNIVERSAL, HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. **Diretrizes do desenho universal na habitação interesse social no estado de São Paulo**. São Paulo, SP. 51 p. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>>, Acesso em: 30 de junho de 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de Legislação em Saúde da Pessoa com deficiência**, 2006. Secretaria de Ações à Saúde/ Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília- DF, 2006. 370 p.

MUSEU DO FUTEBOL. **Catálogo do programa de acessibilidade**. Disponível em: <<http://www.museudofutbol.com.org.br/pagina/acessibilidade>>. 22 de setembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. OMS. **Relatório mundial sobre a deficiência**, 2011. Relatório mundial sobre a deficiência / World Health Organization, The World Bank; tradução Lexicus Serviços Linguísticos. - São Paulo: SEDPcD, 2012. Governo do Estado de São Paulo/ Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 334 p.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *IPHAN*. Lei Normativa, nº 1 de 25 de novembro de 2003. **Dispõe sobre acessibilidade aos culturais imóveis acatados em nível Federal e outras categorias, conforme especifica**. (Decreto nº 5.296/ 2004). Disponível em:

<http://www.comphap.pmmc.com.br/arquivos/lei_federal/instrucao_01_2003.pdf>. Acesso em: 27 de agosto de 2017.

SARRAF, Viviane Panelli. **A comunicação dos sentidos nos espaços culturais brasileiros: estratégias de mediações e acessibilidade para pessoas com suas deficiências**, 2013. Pontifca Universidade de São Paulo PUC SP. São Paulo- SP. 251p.

SARRAF, Viviane Panelli. **Reabilitação do Museu; Políticas de inclusão Cultural por meio da Acessibilidade**, 2008. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 181 p. São Paulo- SP.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, março. /abril. 2009. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-Acessibilidade.pdf?1473203319>. Acesso em: 23 de julho de 2017

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

TOJAL, Amanda. **Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus**, 2007. 322 p. (Cultura e informação). Universidade de São Paulo. São Paulo- SP.